

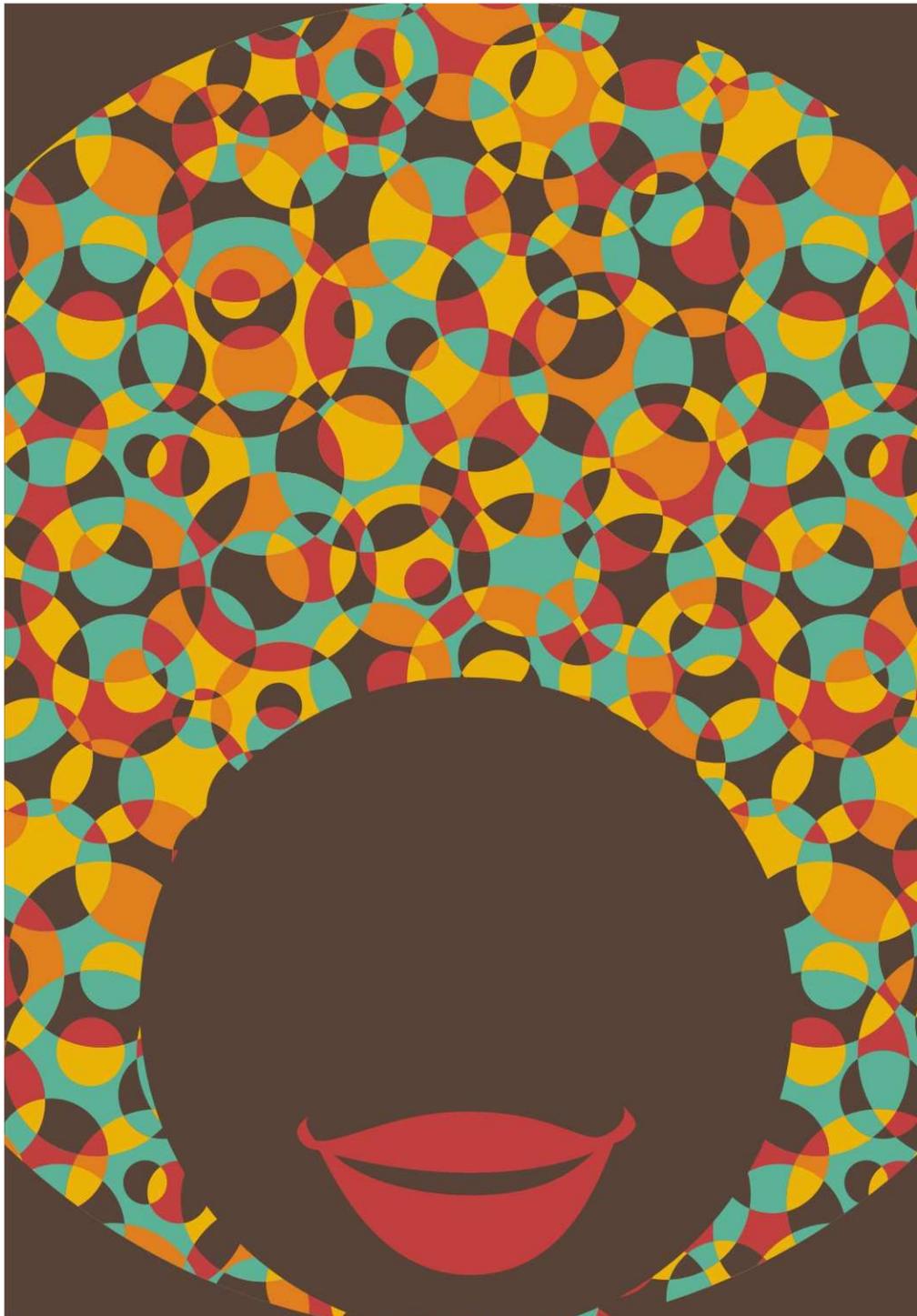
Relatório de Gestão

Políticas de Igualdade Racial
em São Paulo - 2013



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL



Relatório de Gestão

Políticas de Igualdade Racial
em São Paulo - 2013

Fernando Haddad
PREFEITO DA CIDADE DE SÃO PAULO

José de Paula Neto
SECRETÁRIO DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Matilde Ribeiro
SECRETÁRIA ADJUNTA

Adriana Palheta Cardoso
CHEFE DE GABINETE

Marcilene Garcia de Souza
COORDENAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Giselda Pereira de Lima
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Ives Lazarini
SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação da Secretaria Municipal de Promoção Racial (SMPIR)
da Prefeitura de São Paulo.

ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO FINAL
Matilde Ribeiro

EQUIPE RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

Adriana Palheta Cardoso
Denise Aparecida Bonifácio
Felipe Fernandes de Brito
Giselda Pereira
Marcilene Garcia de Souza
Marco Antônio da Silva
Maria Aparecida de Laia
Marilândia Frazão
Matilde Ribeiro
Naiza Bezerra de Souza
Roberta Souza Silva
Simone Nascimento



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Políticas de Igualdade Racial em São Paulo – 2013 apresenta as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) criada pelo prefeito Fernando Haddad por meio da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. A SMPIR dá continuidade às ações iniciadas pela Prefeitura de São Paulo desde 1992, a partir da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE (Lei nº 11.321/1992).

Esta Secretaria representa, na atualidade, um marco na história da cidade de São Paulo visando à superação das desigualdades e do racismo. Atende a uma demanda antiga do Movimento Negro e de outros grupos étnico-raciais afetados pela discriminação e demonstra o reconhecimento da necessidade de uma efetiva construção de estratégias para o combate às desigualdades raciais, do alargamento dos processos democráticos quando enfatiza a promoção da igualdade racial e da contribuição para o avanço do desenvolvimento social, econômico e cultural da maior cidade do país.

Assim, a partir de maio de 2013, a SMPIR passou a desenvolver a missão de construir e consolidar uma Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra. Destaques especiais foram dados à educação étnico-racial, desenvolvimento econômico e social, juventude negra, mobilização social e relações internacionais.

Na área de educação étnico-racial foi impulsionada a implementação da Lei Federal n. 10.639/03, que obriga a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no ensino público e privado, devido à priorização estabelecida pelo prefeito, credenciada para monitoramento no Sistema de Informação e Monitoramento de São Paulo (SIMESP). Para dar andamento a essa prioridade, ressalta-se o Plano estratégico para a implementação das Leis 10.639 e 11.645, elaborado pelo Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) Educação das Relações Étnico-Raciais, coordenado pela SMPIR e composto pelas Secretarias Municipais: de Educação (SME); de Esportes, Lazer e Recreação (SEME); de Cultura (SMC); e, de Governo (SGM).

Quanto ao desenvolvimento com inclusão econômica e social foi firmada uma parceria entre a SMPIR e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) visando à estruturação de um projeto para contribuir nas ações de enfrentamento ao racismo e discriminação racial e garantir a promoção da igualdade e inclusão social, econômica, política e cultural da população negra na cidade de São Paulo.



Em 24 de dezembro foi sancionada pelo prefeito a Lei 15.939/03 - Cotas Raciais no Serviço Público como resposta a uma demanda histórica do Movimento Negro e organização de mulheres negras, constituindo-se em um dos desafios assumidos pela SMPPIR. Em 2013 esse tema tomou vulto na agenda nacional, resultando em encaminhamentos de Projetos de Lei em âmbito federal e estadual, e, em São Paulo, a iniciativa do Projeto de Lei 01-00223/2013 foi apresentada à Câmara Municipal pelo vereador Paulo Reis. O referido projeto “dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal, em cargos efetivos e comissionados”.

A principal ação voltada à juventude negra foi o Programa Juventude Viva, criado por iniciativa do Governo Federal e lançado em São Paulo no dia 25 de outubro. Este Programa, coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e SMPPIR, estrutura-se como fruto de uma articulação governamental com a sociedade civil, visando enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente contra os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

No período entre julho e agosto foi realizada a III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), cujo resultado deu base para a elaboração do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PLAMPIR). Os resultados da III COMPIR compilados no PLAMPIR representam propostas a serem perseguidas para construção de políticas de igualdade racial durante toda a gestão.

Entre as comemorações do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, a ação Consciência Negra em São Paulo durante todo o mês de novembro propiciou o desenvolvimento de atividades educativas, culturais, sociais e mobilizatórias a partir de ampla programação e mobilização em vários pontos da cidade. A SMPPIR estimulou um calendário de atividades articulado com outras oito Secretarias – Coordenação de Subprefeituras (SMSP); Cultura (SMC); Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC); Educação (SME); Esportes, Lazer e Recreação (SEME); Políticas para as Mulheres (SPM); Saúde (SMS); e, Segurança Urbana (SMSU).

Nós nos fizemos presentes em várias situações que envolvem o intercruzamento entre a agenda nacional e internacional. Como exemplos, participamos da 3ª Cúpula Mundial para Líderes e Prefeitos da África na Colômbia; no Fórum Social Mundial (FSM) na Tunísia; das articulações da

relação de São Paulo com a Exposição Universal – EXPO 2020, principalmente nos países africanos. Temos ciência de que esses intercâmbios contribuem para as parcerias e troca de conhecimento sobre experiências no campo da justiça racial e estimulam ao desenvolvimento econômico e social.

Somados a esses destaques, vários programas, projetos e ações foram desenvolvidos. O ponto de partida foi a concordância com a proposição de que “não há democracia com racismo” (indicada pela ONU – Organização das Nações Unidas), não restando dúvida de que a principal forma institucional para viabilizar essa perspectiva é por meio das políticas de promoção da igualdade racial, tendo como base as ações afirmativas, a transversalização e a descentralização destas no interior de governo, e, deste com as demais instâncias governamentais, com a sociedade civil e com toda a sociedade.



SUMÁRIO

1. São Paulo do ponto de vista racial	6	3.2.2 Cultura de Paz e Combate à Intolerância Religiosa	32
		3.2.3 Apoio às ações das comunidades indígenas	33
		3.2.4 Ações voltadas aos imigrantes	34
2. Ações estruturantes de uma política	10	3.3 Projetos Especiais	34
2.1 Referências e conceitos básicos para a ação	11	3.3.1 Consciência Negra em São Paul	34
2.2 Desafios e possibilidades da Secretaria de Igualdade Racial	13	3.3.2 Educação das Relações Étnico-Raciais	35
2.3 Processos de mobilização e proposição para a política de igualdade racial	15	3.3.3 Juventude negra em foco	37
2.4 Transversalidade, intersetorialidade e descentralização da ação	17	3.3.4 Articulações Internacionais	39
3. Coordenações e Projetos Especiais	22	4. Considerações finais	42
3.1 Coordenação de Ações Afirmativas	23	5. Referências	44
3.1.1 Desenvolvimento, trabalho e geração de renda	23	Anexos	46
3.1.2 Enfrentamento ao racismo e sexismo	25	Anexo A - Lei Municipal n. 15.764 (criação da SMPiR)	46
3.1.3 Atendimento à discriminação e violência racial	27	Anexo B – Datas importantes	50
3.1.4 Saúde da População Negra	28	Encarte	52
3.1.5 Inclusão social e cidadania	29	20 de Novembro – Consciência Negra em São Paulo	52
3.2 Coordenação de Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais	30		
3.2.1 Expressões Culturais Negras	30		

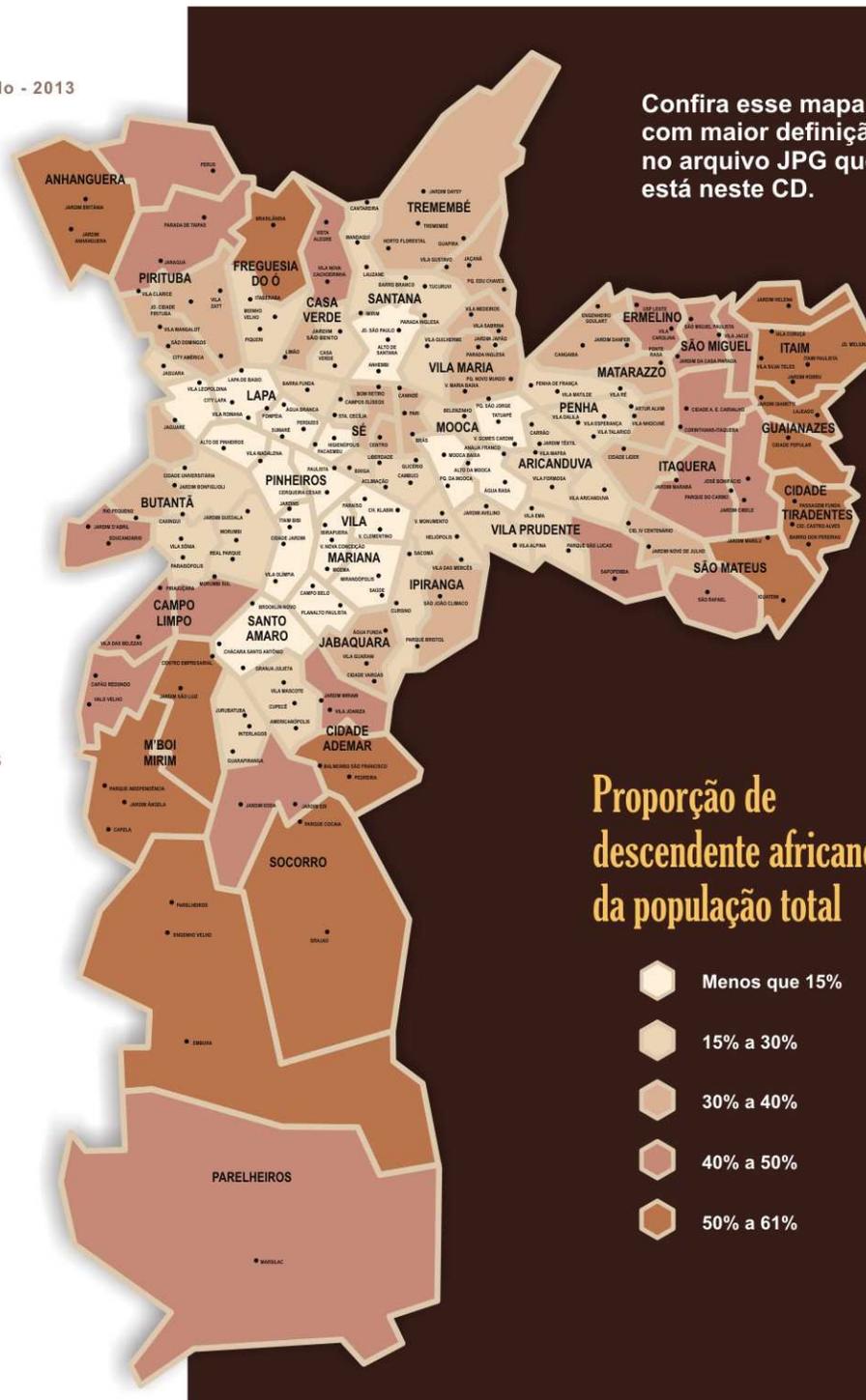
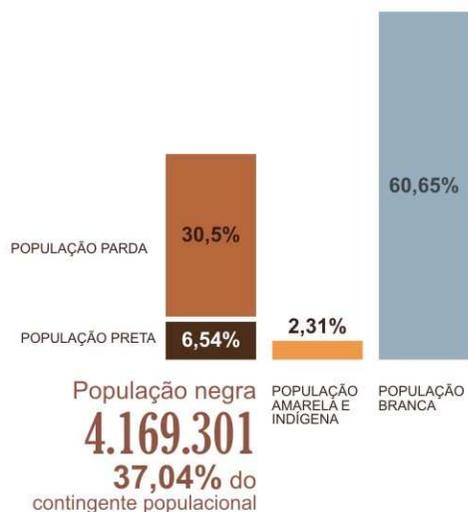
1

São Paulo do ponto
de vista racial

Para compor um breve resumo sobre a realidade da cidade de São Paulo do ponto de vista racial, foram utilizados os dados do IBGE-2010, onde está demonstrado que o número de habitantes da cidade soma 11.253.503 pessoas, e a população negra (preta e parda) totaliza 4.169.301 (representando 37,04% do contingente populacional, 6,54% de pretos e 30,5% de pardos, respectivamente). A população "amarela e indígena" representa 2,31%.

A população negra está distribuída por todas as regiões da cidade, e, de forma mais acentuada, está presente em alguns bairros, como por exemplo, no Jardim Ângela (60,1%), Grajaú (56,8%), Parelheiros (56,6%); Lajeado (56,2%), Cidade de Tiradentes (56,1%), Itaim Paulista (54,8%), Jardim Helena (54,7%), Capão Redondo (53,9%) e Pedreira (52,4%), Guaianases (51,5%), Jardim São Luís (51,3%), Vila Curuça (51,2%), Marsilac (48,6%) e Cidade Ademar (41,2).

População de São Paulo em 2010 **11.253.503** de habitantes



A seguir apresentamos alguns exemplos sobre as condições de vida da população negra na cidade de São Paulo:

Trabalho

A taxa de desemprego da população negra foi de 9%, sendo de 5,8% para a população branca e amarela; o rendimento médio dos ocupados de raça/cor branca e amarela foi de 5,4 salários mínimos, enquanto o da população de raça/cor negra correspondia a 2,3 salários mínimos. Para além da concentração no mercado informal, os negros vivenciam processos mais difíceis de admissão nas empresas privadas, menor remuneração quando comparada à população branca, tendem a sofrer discriminação e preconceito racial nas relações sociais do ambiente de trabalho, têm menores chances de ser contratado ou promovido a cargos de maior poder de mando e maior remuneração, assim como apresentam maiores probabilidades de ser demitido (IBGE-2010).

Saúde

Indicadores sobre as iniquidades vivenciadas pelos negros na área de saúde demonstram que: 16% das mulheres negras de 40 a 49 anos nunca realizaram mamografia, sendo que entre as brancas esse percentual foi de 11%; o número de negros mortos por homicídios (721) foi maior do que o de brancos (706), apesar de, em termos absolutos, haver no município uma concentração maior de pessoas brancas; pretos e pardos apresentaram a mesma proporção de óbitos por AIDS (2,2%), enquanto 1,0% dos brancos e 0,3% dos amarelos morreram em função dessa doença; concernente às doenças relacionadas à gravidez, parto e puerpério as negras apresentam maiores proporções de óbitos do que as mulheres brancas, respectivamente, 0,34% e 0,09% (Fonte: Simpro-AIM, 2010).

Educação

Os dados do IBGE-2010 sobre educação e renda na cidade de São Paulo e Região Metropolitana (pessoas com 10 anos ou mais) revelam que a população branca possui, em média, 10,3 anos de estudos e recebe em média, 3,9 salários mínimos; os pretos possuem média de 8,8 anos de estudos e recebem, em média, 2,2 salários mínimos; os pardos, por sua vez, possuem, em média, 8,5 anos de estudos e recebem, em média, 2,5 salários mínimos. As diferenças tanto na educação quanto na renda deixam a população negra (pretos e pardos) em significativa desvantagem social. Vê-se que os "pardos" possuem menor escolaridade em relação aos brancos (1,8 anos de estudos a menos) e os pretos a menor renda em relação aos brancos (1,7 salários a menos). No que diz respeito aos estudantes (1.455.218) que informam haver concluído o ensino superior, 87,4% eram de brancos e amarelos, e apenas 12,5% negros.

Destaca-se, a partir dessas áreas, a situação de dois grupos sociais que vivem discriminações históricas:

Juventude Negra

Na cidade de São Paulo, em 2010, dos 667 homicídios envolvendo jovens entre 15 e 29 anos, pelo menos 373 (56%) eram de jovens negros (pretos e pardos). Segundo informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) 2010/2011 (MS/SVS/DAVIS) há na cidade alguns territórios com maiores taxas de homicídio por 100 mil habitantes envolvendo jovens. Na Zona Sul: Campo Limpo (59%), M'Boi Mirim (67%); na Zona Norte: Freguesia/Brasília (21%), Pirituba (49%); na Zona Leste: Itaquera (23%), São Miguel (44%) e São Mateus (44%).



Mulheres Negras

Constata-se que se a população negra é a mais pobre entre os pobres, para as mulheres negras essa situação é ainda mais complexa, pois se soma ao racismo o sexismo. Segundo dados do IBGE-2010 (em São Paulo), constata-se que, a despeito do número de homens negros e mulheres negras com ensino superior completo ter crescido, persiste uma base grande desta população que ainda não alcançou este nível de ensino (para cada homem negro ou mulher negra com ensino superior completo existem 3,89 negros ou negras com o ensino fundamental completo). No mundo do trabalho, verifica-se a incidência da presença de negras e negros em ocupações de menor rendimento – reservando os postos de trabalho de menor valor para as mulheres negras. Como exemplo, pode-se verificar que os homens negros têm maior presença na faixa entre mais de 1 salário mínimo até 3 salários mínimos enquanto que as mulheres negras se concentram majoritariamente na faixa das que recebem mensalmente até 1 salário mínimo.

Os dados demonstram que a população negra tem vivido enormes desvantagens, se concentrando de maneira massiva em territórios mais vulneráveis socialmente e com grande incidência da violência, no cotidiano das relações sociais que, de forma especial, tem vitimado muitos jovens negros, destacadamente do sexo masculino. Dessa maneira, torna-se evidente a necessidade da construção e/ou ampliação das políticas públicas de promoção da igualdade racial focalizadas na população negra e, de forma específica, nos territórios onde a presença de negros é representativa.

2

Ações estruturantes de uma política

2.1 Referências e conceitos básicos para a ação

2.2 Desafios e possibilidades da Secretaria de Igualdade Racial

2.3 Processos de mobilização e proposição para a política de igualdade racial

2.4 Transversalidade, intersetorialidade e descentralização da ação

2.1 Referências e conceitos básicos para a ação

A existência da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo (SMPRI) confere a essa área o status de política pública e amplia sua forma e estratégia de ação, sobretudo considerando o perfil das relações raciais e da diversidade étnico-racial existente na cidade de São Paulo.

Essa atitude compõe o cenário nacional, juntamente com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPP/PR (vinculada à Presidência da República) e tantos outros órgãos similares em todo o Brasil, representando avanços institucionais nessa área. Esse impulso foi dado nas últimas décadas, reafirmando a construção efetiva a partir da lógica da transversalidade, intersetorialidade e de descentralização da política. Matilde Ribeiro (2013, p. 189) afirma que “deve-se considerar a incorporação dos valores da equidade étnico-racial às iniciativas do Estado por meio da vinculação das ações de igualdade racial a todas as áreas da política pública, com ênfase nas questões sociais, econômicas, políticas e de infraestrutura”.

No que diz respeito à transversalidade, Fernanda de Carvalho Papa (2012, p. 14) argumenta que é “um instrumento estratégico para a gestão de políticas públicas que dependem de um organismo específico para dialogar com as demais áreas do governo, às quais se pretende levar a perspectiva transversal de determinado tema”. Essa perspectiva envolve a forma de coordenação horizontal, contrapondo-se às estruturas hierárquicas verticais tradicionais. Esse formato institucional leva à realização de ações em busca de soluções e/ou resultados de maneira conjunta, entre várias áreas, sob a coordenação de um órgão ou setor responsável.

Nesse sentido, é necessário construir estruturas governamentais que tenham como ponto de partida arranjos intersetoriais para resolver questões que não podem ser abordadas facilmente ou de maneira isolada por um único. É necessário considerar o intercruzamento entre as ações, a perspectiva de vários órgãos de governo atuarem conjuntamente e a somatória entre as responsabilidades de diferentes instâncias governamentais, porém de maneira descentralizada. E, ainda, há a necessidade de buscar recursos para satisfazer a estes interesses compartilhados, reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de atingir objetivos comuns, como parte de uma mesma gestão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL PREFEITURA DE SÃO PAULO

Essas medidas e formas de atuação devem ser base para todas as políticas públicas democráticas. E são necessárias também para as políticas de enfrentamento ao racismo, que como mecanismo ideológico de dominação, é estruturante na construção e manutenção das desigualdades raciais. Para Kabenguele Munanga e Nilma Lino Gomes (2004, p. 179), o racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão e, por vezes, do ódio, a partir da crença “de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão de negros e a discriminação racial”.

Conforme indica o artigo I da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, por discriminação racial entende-se

qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional étnica que tem por objetivo ou efeito anular o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida.

Essa situação se expressa por meio de diferentes modalidades, uma delas é o racismo institucional, o qual se constitui por meio de dispositivos de discriminação inscritos na estrutura social. A caracterização do “racismo institucional”¹ traduz-se em fracasso coletivo das organizações e das instituições, pelo fato de não atender às necessidades das pessoas por causa da sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Os resultados diretos do racismo institucional são o acesso desigual a oportunidades, aos bens e serviços públicos e privados e à garantia de vida com qualidade. Como resultado, os negros e indígenas, e entre esses as mulheres, são os mais pobres entre os pobres.

Nesse contexto, o enfrentamento à violência racial pode ser considerado a partir de dois prismas: violência direta (geralmente letal), como por exemplo, ação impetrada pelos agentes do Estado contra a juventude negra; e o violência indireta, aquela resultante do racismo institucional (invisível e silenciosa), tal como o tratamento desigual dispensado à população negra nas áreas da saúde, educação, acesso à moradia, sistema de justiça, entre outras.

¹Segundo Josenilton Silva et al. (2009, p. 157) também chamado de “estrutural ou sistêmico”.

Daí a importância de articulação entre políticas públicas universalistas e focalizadas para a população negra como são as ações afirmativas que se tornam estratégias necessárias e com possibilidades de maior efetividade.

As ações afirmativas têm se traduzido em estratégias importantes no fortalecimento institucional quando observados os impactos sociais positivos na promoção da igualdade de oportunidade para grupos que sofreram discriminações e injustiças históricas.

Desta forma, as ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas ou privadas que têm por finalidade promover igualdade de oportunidades para grupos que sofreram injustiças históricas e para corrigir os efeitos atuais dessa discriminação praticada no passado, como é o caso da população negra, das mulheres e dos povos indígenas. Do mesmo modo, estas políticas buscam evitar a perpetuação das desigualdades presentes na sociedade por meio de normativas ou mecanismos informais, estruturais e estruturantes quando induzem transformações do ponto de vista cultural e simbólico necessárias na contraposição dessas desigualdades. Estas ações tendem a provocar impactos sociais importantes em qualquer sociedade quando reduzem as desigualdades sociais e promovem mudanças positivas do ponto de vista histórico, pedagógico e psicológico sobre o grupo beneficiado (SOUZA, 2010).

Importantes resultados de ações desenvolvidas para a superação do racismo foram manifestados no Censo 2010, realizado pelo IBGE, onde se verifica aumento do percentual de negros, como uma progressão dos últimos anos. A população brasileira soma quase 200 milhões de habitantes (precisamente 190.732.694). Entre estes, a distribuição racial é de 96.795.294 de negros (7,6% de pretos e 43,1% de pardos); 91.051.646 de brancos (47,73%); 817.963 indígenas (0,4%); e 2.084.288 asiáticos (1,1%).

Nesse último censo há a demonstração de que a maior parte da população passa a identificar-se como negra. O método utilizado para obtenção desse resultado é a autodeclaração, pois para caracterizar a população brasileira segundo recorte racial, a pergunta se refere à composição da população em termos de cor e raça. De acordo com Dionísio Baró et al. (2009, p. 94), “há um quase consenso no país segundo o qual o melhor modo de fazer a pergunta é a autoidentificação como uma dentre as cinco categorias: preto, pardo, branco, indígena e amarelos além da opção não declarado”.

Esse resultado significou uma nova situação teórica, censitária e política. Agora de maneira oficial, os negros constituem maioria da população (no sentido numérico). Porém, o fato de a população negra ser maioria não altera a sua situação socioeconômica, que, como já dito, constitui-se a partir de uma profunda desigualdade. Isso reafirma as perspectivas das lutas por direitos.

Assim, ressalta-se a importância da existência de órgãos para a promoção de direitos para grupos que vivem discriminações históricas. No caso do enfrentamento à injustiça social e racial, a criação da SMPiR é um excelente passo para os processos de políticas inclusivas, mais do que isso, representa avanços quanto à necessária efetivação da democracia racial.



2.2 Desafios e possibilidades da Secretaria de Igualdade Racial

Com a criação da Secretaria Municipal de Igualdade Racial (SMPiR) é ampliada a construção coletiva, participativa e democrática que promoverá mudanças sociais estruturais efetivas na sociedade, articulando políticas transversais no interior do poder público municipal, e, junto aos demais entes federativos, iniciativa privada, movimentos sociais, comunidade internacional, entre outros. Nesse sentido, compete à SMPiR:

- formular políticas e diretrizes voltadas à promoção da igualdade racial; e, coordenar e acompanhar as políticas transversais no planejamento por meio do desenvolvimento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PLAMPiR);
- articular e facilitar a concretização de projetos, programas e políticas públicas de ação governamental; promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados;
- promover o enfrentamento da discriminação racial, em todas as formas de violência, defendendo os direitos individuais e coletivos dos diversos grupos étnico-raciais;
- acompanhar e propor políticas para os povos indígenas e comunidades tradicionais e religiões de tradição africana.

Visando responder a estas competências, a estrutura organizacional da SMPiR compreende a existência de uma coordenação geral – Secretário, Secretaria Adjunta e Chefia de Gabinete; assessoria técnico-jurídica, de planejamento e de coordenação de projetos especiais; áreas técnicas - Coordenação de Ações Afirmativas e Coordenação de Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais; Projetos Especiais; e, Supervisão Administrativa. Existem ainda na estrutura interna: o Observatório de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e, dois conselhos, o da igualdade racial e o dos povos indígenas.

Um importante instrumento para a sedimentação da área de igualdade racial é a comunicação, como forma de divulgação das articulações e construções das políticas no interior do governo e com a sociedade civil. Particularmente, por se tratar de uma secretaria inédita na cidade de São Paulo, faz-se necessário a interlocução intragovernamental com os movimentos sociais e diversos setores midiáticos na tentativa de dar visibilidade à pauta da promoção da igualdade racial.

A política de igualdade racial relaciona-se com os objetivos estabelecidos pelo Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013/16, que em seu conjunto busca uma orientação territorial para a redução expressiva das desigualdades sociais, visando à estruturação de uma cidade que possa ser reconhecida como um lugar onde seus habitantes encontrem qualidade social e econômica, equidade e oportunidade para todos. Há ainda a orientação por meio dos instrumentos de planejamento – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Foram inseridos quatro itens que dizem respeito à promoção da igualdade racial no Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo:

Meta 43

Implementar as ações do Plano Juventude Viva como estratégia de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e da periferia;

Meta 57

Criar e efetivar a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

Meta 58

Viabilizar a implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.465/08, que incluem no círculo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; e,

Meta 115

Realização das Conferências Municipais Temáticas.

Constata-se, a partir dessas metas, que o conjunto de ações e metas sob a responsabilidade da SMPIR traz como desafio a necessidade de aprimoramento da gestão para efetivar o desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial e o fortalecimento da cultura de planejamento para as políticas transversais e descentralizadas.



2.3 Processos de mobilização e proposição para a política de igualdade racial

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

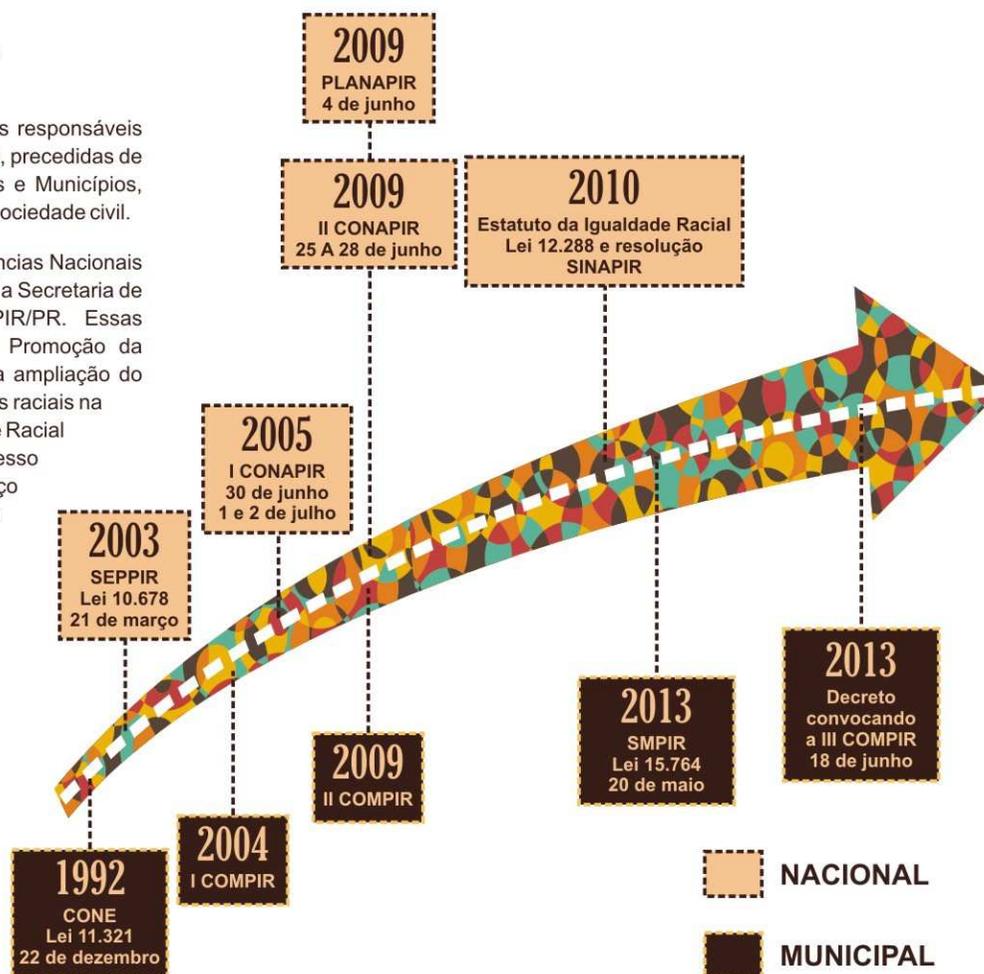
Em 2003, o Governo Federal estimulou os diversos órgãos responsáveis pelas políticas públicas a realizarem Conferências Nacionais, precedidas de fase preparatória composta por Conferências nos Estados e Municípios, sendo estas organizadas pelos governos em parceria com a sociedade civil.

Nesse contexto, entre 2005 e 2013, ocorreram três Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) realizadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPP/PR. Essas Conferências criaram bases para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR, 2009) e contribuíram para a ampliação do debate para a aprovação de ações afirmativas, como as cotas raciais na educação superior (Lei 12.711/2012); o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010); e o encaminhamento para o Congresso Nacional do Projeto de Lei de Cotas para Negros no Serviço Público. Em 2013, o tema da III CONAPIR foi: Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo.



Na cidade de São Paulo foram organizadas três Conferências Municipais de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) em 2004, 2009 e 2013.

A seguir a linha do tempo demonstra o processo das Conferências em âmbito nacional e municipal:



Em 2013, a III COMPIR realizada entre julho e agosto teve como objetivo principal a preparação para III CEPIR - Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada de 23 a 25 de agosto na cidade de São Paulo, a qual antecedeu a III CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial realizada entre 05 e 07 de novembro, em Brasília. Para organização da III COMPIR, a SMPIR contou com o apoio da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP/SP e representação da sociedade civil.

Em âmbito local, a III COMPIR foi descentralizada a partir de 8 (oito) Etapas Regionais e 6 (seis) Diálogos Temáticos:

ETAPAS REGIONAIS		DIÁLOGOS TEMÁTICOS ²	
Norte	27/07	Cultura Negra em Cena	01/07
Sul	27/07	Mulheres Negras	23/07
Leste 2	28/07	Direitos LGBT	24/07
Centro	31/07	Povos Indígenas	26/07
Sudoeste	03/08	Funcionalismo Público	30/07
Sudeste	03/08	Inter-religioso	30/07
Oeste	03/08		
Leste 1	04/08		

² O conteúdo dos diálogos temáticos será descrito nos demais itens que integram este relatório.

As Etapas Regionais tiveram como finalidade: avaliar os avanços obtidos e os desafios a serem enfrentados após 10 anos de implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR); discutir as diretrizes para a implementação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Município de São Paulo; eleger delegadas/os da sociedade civil e do poder público para a III CEPIR; discutir os mecanismos de institucionalização da política de igualdade racial no Município de São Paulo, tendo em vista a implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Os Diálogos Temáticos tiveram a finalidade de acolher demandas e propostas de setores da sociedade civil (entidades, organizações, movimentos sociais, sindicatos, comunidades locais, entre outros) como forma de aprofundamento e aprimoramento da política de promoção da igualdade racial.

As Etapas Regionais e os Diálogos Temáticos envolveram o protagonismo da sociedade civil, em especial do Movimento Negro, como mais um processo participativo na luta para o enfrentamento ao racismo nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Ao todo a III COMPIR contou com um total de 1.102 (mil cento e dois) participantes, sendo 899 (oitocentos e noventa e nove) registrados e 203 (duzentos e três) convidados. Foram eleitos 125 (cento e vinte cinco) delegadas/os, entre as Etapas Regionais e o Diálogo do Funcionalismo Público, que representaram o município na III COEPIR onde foram eleitas/os delegadas/os do município de São Paulo para a III CONAPIR.

Em todo esse processo, nas Etapas Regionais e nos Diálogos Temáticos, foram elaboradas 583 (quinhentas e oitenta e três) propostas para ações na promoção da igualdade racial.

Com a perspectiva de consolidação do processo de controle social, no período de 16 de outubro a 13 de novembro foram realizados Debates Regionalizados sobre Igualdade Racial com o objetivo de apresentar os resultados da III COMPIR. Esses debates aconteceram em sete CEUs – Centro Educacional Unificado, sendo estes: Caminhos do Mar, Aricanduva, Jambeiro, Paz, Jaçanã, Butantã, e Cantos do Amanhecer.

Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial

Como forma de consolidar os resultados da III COMPIR, em setembro foi iniciada a elaboração do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PLAMPIR),³ que orientará a política de igualdade racial até 2016. O PLAMPIR como base para o SINAPIR contribui para sedimentação da visão de um desenvolvimento social com equidade, considerando o perfil das desigualdades entre os grupos étnico-raciais existentes na sociedade brasileira.

Ressalta-se que, embora a participação dos delegados eleitos na III COMPIR tenha se encerrado formalmente em agosto, com a realização da III CEPIR, houve a integração de representantes da sociedade civil e do funcionalismo

³Esse documento em fase final de elaboração em 2013 tem como referência o Plano elaborado a partir da II Conferência que não chegou a ser efetivado como um documento oficial.

público municipal na atividade de elaboração do PLAMPIR. Esse processo representa a necessária interlocução transversal e intersetorial, a partir da mobilização dos diversos órgãos municipais e de forma participativa, com a contribuição da sociedade civil, para agregar valores na construção de marcos institucionais qualificados que alcancem efetividade nas concepções de políticas públicas de ações afirmativas para os grupos étnico-raciais em desvantagens sociais e simbólicas.

Para elaboração desse instrumento foi instituído um Grupo de Trabalho (GT), por meio da Portaria 12/SMPIR, de 10/10/13, que reuniu representantes: a) do governo municipal de São Paulo - Secretaria de Coordenação de Subprefeituras (Capela do Socorro e São Miguel), SEMPLA e SME; e, b) da sociedade civil: Ilu Obá De Min, Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo, Associação de Trabalhadores Desempregados do Estado de São Paulo (ATDESP), Associação de Moradia Casa Branca, Coordenação Estadual de Entidades Negras de São Paulo (CONEN), Oriashé - Organização de Mulheres Negras, Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO), e, Zulu Nation Brasil.

Uma importante ação foi a realização do Ciclo de Debates: Igualdade Racial no Município de São Paulo (composto por três eventos), que contribuiu para o aprofundamento das reflexões sobre desenvolvimento, trabalho e renda; saúde e inclusão social; educação e cultura; e enfrentamento à violência racial e os instrumentos de monitoramento das políticas públicas.

Em 28 de novembro, houve a última atividade do referido ciclo com o intuito de aprofundar a reflexão sobre os alcances, possibilidades, desafios do PLAMPIR e dar oportunidade a uma ação conjunta entre as/os delegadas/os da III COMPRI; especialistas sobre igualdade racial; e, gestores públicos de diversas Secretarias.

Na fase final de elaboração do PLAMPIR, no primeiro trimestre de 2014, teremos um novo impulso a partir do diálogo e pactuação com outros setores do poder público, a considerar que esse documento será base para a formulação do governo municipal como um todo.

2.4 Transversalidade, intersetorialidade e descentralização da ação

Conforme já apontado, a política de igualdade racial deve ser tratada de maneira transversal, intersetorial e descentralizada. Assim, dada a missão da SMPIR de coordenação de políticas de igualdade racial, torna-se fundamental a relação com diferentes órgãos da administração pública, com os movimentos sociais e com a sociedade como um todo.

Todas as estruturas internas dessa secretaria devem corresponder às perspectivas e necessidades descritas anteriormente, e, nesse momento, destacamos o papel do Observatório de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que tem de maneira geral como atribuições: analisar a eficácia das políticas públicas de combate às desigualdades sociais aplicadas e produzir e monitorar os dados existentes no âmbito do município sobre a questão étnico-racial. Dessa forma, pode-se considerar que por meio da ação do observatório pode-se ter uma base comum como subsídio à formulação e implementação das políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida dos segmentos da população envolvidos.



Outra forma de sedimentação dos trabalhos tem sido as participações em diversos Grupos de Trabalho (GTs) e Comitês que encaminham a formulação e estruturação de políticas públicas a partir das estruturas de órgão de governo e garantem relação com a sociedade civil. Devido à importância dessa participação, destacamos os GTs que foram detalhados em outros itens deste relatório:

- Comissão de Construção e elaboração do Observatório de indicadores da Cidade de São Paulo, coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA / Coordenação de Estudos Econômicos (CEEC).
- Comitê Municipal Trabalho Decente (CMTD) - Decreto Nº 54.433, de 07/10/2013, coordenado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo.
- Comitê Saúde da População Negra coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- Grupo de Trabalho Articulação e Monitoramento do Plano São Paulo Mais Inclusiva (GMAM) coordenado pela Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência e Mobilidade Raduzida.
- Grupo de Trabalho Integra Sé, coordenado pela Subprefeitura da Sé da Secretaria Municipal de Coordenação de Subprefeituras.
- Grupo de Trabalho Educação das Relações Étnico-raciais criado pela Portaria Intersecretarial nº 01/2013 em 25/05/2013 e coordenado pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Grupo de Trabalho Intersecretarial para formatação do Fórum Municipal Inter-Religioso de Liberdade de Crença e Cultura de Paz criado pela Portaria 001/SMP/IR/2013 e coordenado pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Grupo de Trabalho Juventude Viva coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Grupo de Trabalho Organização do 20 de Novembro criado pela Portaria Nº 15 de 18/07/2013 e coordenado pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Grupo de Trabalho para elaboração do PLAMPIR criado pela Portaria n. 12 de 10/10/13 e coordenado pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Grupo de Trabalho Participação Social - Portaria 276, de 10/09/13, criado pela Portaria 080/SMDHC/2013, que encaminha os processos de adesão ao Termo de Compromisso Nacional pela Participação Social, vinculando a pactuação do Sistema Nacional de Participação Social. Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Ainda, a partir de um conjunto de ações promovidas pela SMPiR ou em parcerias governamentais e não governamentais, destacaram-se em 2013 diversas situações de intercâmbio a considerar a agenda nacional e local:

Participação em atividades nacionais

- ▶ **III CONAPIR.** Esta conferência, realizada no período de 05 a 07 de novembro, foi promovida pela SEPPiR/PR e pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Grandes destaques que indicam desafios pós-conferência para as políticas de igualdade racial e a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).
- ▶ **Plenária Nacional de Comunidades Quilombolas.** Esta plenária, realizada no período de 24 e 25 de julho como fase preparatória para a III CONAPIR, objetivou encaminhar proposições relativas ao Programa Brasil Quilombola. A SMPiR contribuiu a partir de sua experiência na oficina de intercâmbio entre o desenvolvimento das políticas públicas rurais e urbanas.
- ▶ **Raízes e atualidade da Relação Brasil-África.** Este evento, promovido em 02 de setembro pela Universidade Federal do ABC/UFABC, teve como objetivo refletir sobre as diretrizes para a política de relação do Brasil com o continente africano.
- ▶ **Encontro protagonismo quilombola na luta por direitos sociais, saúde e cidadania.** Realizado no período de 30/junho a 07/julho, no Instituto Cajamar/SP, pela Coordenação Nacional de Quilombos/CONAQ, este encontro teve como base três objetivos: formação crítica a partir de instrumentos para a prática de defesa dos direitos, definição de ações para o acesso às políticas públicas e a justiça social e realização de planejamento estratégico da CONAQ para 2013/2014, enfatizando a organização do V Encontro Nacional de Quilombo.
- ▶ **Conferência Nacional “2003-2013: uma nova política externa”,** organizada pelo Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI), coordenado pela Fundação Friedrich Ebert (FES) e Fundação Perseu Abramo (FPA), no período de 15 a 18 de julho, na Universidade Federal do ABC (UFABC), com o objetivo de aprofundar reflexões sobre as diretrizes para a política externa brasileira, visando à democratização do processo decisório das políticas externas.

- **30 anos da CUT e a Luta pela Equidade Racial.** Atividade realizada em maio de 2013 pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da Central Única dos Trabalhadores teve como objetivo aprofundar os debates sobre a institucionalização da LDB a partir da Lei 10.639.
- **Seminário Nacional 13 de Maio - a Vitória de Zumbi dos Palmares com o investimento na implementação da Lei 10.639, as Cotas Raciais e o Estatuto da Igualdade Racial.** Este seminário realizado, em maio de 2013, foi organizado pelo Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) com o objetivo de aprofundar a reflexão sobre as políticas de igualdade racial e homenagear o professor Eduardo de Oliveira, importante liderança que faleceu em 12 de julho de 2012.
- **Seminário "10 anos de Criação da SEPPIR".** Realizado em 21 de março em comemoração aos 10 anos de criação da SEPPIR/PR, combinando com debate nacional sobre desenvolvimento, democracia e racismo. Nesta oportunidade, ocorreram lançamentos do Selo da Série América: Luta Contra a Discriminação Racial em parceria com os Correios; do vídeo "SEPPIR 10 Anos - Uma Década de Igualdade Racial no Brasil" e da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR).
- **Lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana** realizado em 29 de janeiro pela Seppir/PR.
- **Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas – "Municípios Fortes, Brasil Sustentável"** realizado entre os dias 28 e 30 de janeiro, com organização do governo federal e entidades municipais e estaduais. O evento teve o objetivo de apresentar aos novos gestores municipais os programas do governo federal e de que maneira eles têm reflexo direto nas prefeituras. A programação foi organizada com base em quatro eixos: Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Ambiental e Urbano e Participação Social e Cidadania.

Participação em atividades em outras cidades

- **Aula Aberta: "Educação das Relações Étnico-Raciais e as Universidades: Desafios contemporâneos como promoção do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFRPE).** Evento realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), contando com presença da SMPIR, no dia 25 de novembro. O evento foi organizado como marco para início da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e avanço numa agenda contemporânea de promoção de políticas institucionais.
- **Palestra sobre Currículo e Diversidade Étnico-Racial** no X Encontro Estadual de Educadores/as Negros/as do Paraná. Ponta Grossa-PR, dia 12 de novembro.
- **Palestra sobre Africanidades Paranaenses** no II Seminário da Diversidade: a diferença de sermos iguais. Município de Pinhais (PR), dia 5 de novembro.
- **Seminário "Cotas no Serviço Público na cidade de Guarulhos".** Realizado no dia 13 de setembro pela Coordenadoria de Políticas de Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos.
- **Curso sobre Educação e Cultura, a implementação da Lei 10.639.** Este curso foi realizado no ano de 2013 pela Comissão de Igualdade Racial e Combate ao Racismo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) e contou com a participação da SMPIR no dia 23 de setembro, quando desenvolveu o tema – O (Re) Surgimento do Movimento Negro Contemporâneo.
- **III e-Geincos – O Estado brasileiro e a igualdade de direitos nos desafios para além das ações afirmativas.** Evento realizado pela Universidade Federal de João Pessoa no período de 24 e 25 de julho, que visou promover a troca de experiências sobre a implementação das cotas nas universidades brasileiras.
- **Palestra sobre a Lei 10.639/03 e seus Desafios** na Câmara de Vereadores de Campinas. 28 de maio de 2013, no Plenário Sylvia Pascoal – Campinas.
- **I Colóquio – "A política de efetivação dos direitos da população negra"**, realizado em 14 de maio pela Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiá.

Participação em atividades em São Paulo

- **Seminário sobre Diversidade e Igualdade.** Atividade organizada em 18 de dezembro pelo Conselho do Desenvolvimento da População Negra. Local: Casa das Rosas.
- **Semana da consciência negra.** Atividade promovida pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo com a participação da SMPIR e de outras entidades nos dias 18 e 22 de novembro, com o objetivo de aprofundar o debate sobre as políticas de igualdade racial na cidade de São Paulo, em especial a Lei 10.639 e a política de cotas no serviço público.
- **Seminário “Idosos: preconceito, discriminação e racismo”** promovido pelo Centro de Referência Municipal do Idoso realizado no dia 21 de novembro.
- **Debate: “Racismo, Preconceito e Injúria”** promovido pela Subprefeitura de Campo Limpo através do Grupo Diamante Negro no dia 19 de novembro.
- **Seminário: “As Questões da Promoção da Igualdade Étnico-Racial na Categoria Comerciária”.** Atividade realizada em 14 de novembro pela Secretaria da Diversidade do Sindicato dos Comerciários.
- **Conferência Municipal e Estadual de Educação.** As Conferências preparatórias à Conferência Nacional de Educação (CONAE-2014) tiveram como propósito o aprofundamento dos debates sobre a educação étnico-racial; a SMPIR contribuiu no debate sobre a Lei 10.639 e a importância da transversalidade das ações visando à educação étnico-racial.
- **Reuniões com a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos** como forma de preparação para a participação no projeto “Revelando São Paulo”, realizado pela SMC no período de 13 a 22 de setembro.
- **Conferência Livre Municipal sobre o Eixo II: Educação e Diversidade – justiça social, inclusão e direitos humanos** realizada no dia 27 de julho pela SMDHC, SME e Fórum Municipal de Educação.
- Apoio ao **Seminário “Defesa dos Direitos dos Trabalhadores e Combate ao Racismo”**, realizado no dia 26 de junho pela Assembléia Legislativa de São Paulo em parceria com as Centrais Sindicais Nacionais – CUT, UGT e Força Sindical e a Organizadora Sindical UAW dos Estados Unidos.
- **I Ciclo de Capacitação para Atendimento e Educação em Direitos Humanos (Regional Leste)**, realizado pela Escola de Defensoria Pública do Estado de São Paulo. A SMPIR participou do debate – Discriminação e preconceito racial: desafios atuais no dia 14 de junho visando abordar o enfrentamento ao racismo e preconceitos (recorte histórico) a partir das lutas pela democracia racial no Brasil.
- **Debate: “Um olhar negro sobre a história que herdamos”**, realizado em 12 de maio pelo Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro da Secretaria Municipal de Cultura (SMC).
- **Reunião sobre as políticas de igualdade racial na cidade de São Paulo.** Esta reunião, organizada pela Coordenação Estadual de Entidades Negras (CONEN/SP) em março de 2013, teve como objetivo a interlocução entre esta instituição do movimento social e a SMPIR, visando à contribuição para o fortalecimento de canais institucionais e de controle social da política de igualdade racial na cidade de São Paulo.

Esse conjunto de ações que contribuem como base para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades deve ter por base um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e interdependente, que vinculam uma variedade de atores que compartilham interesses comuns.

3

Coordenações e Projetos Especiais

3.1 Coordenação de Ações Afirmativas

- 3.1.1 Desenvolvimento, trabalho e geração de renda
- 3.1.2 Enfrentamento ao racismo e sexismo
- 3.1.3 Atendimento à discriminação e violência racial
- 3.1.4 Saúde da População Negra
- 3.1.5 Inclusão social e cidadania

3.2 Coordenação de Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais

- 3.2.1 Expressões Culturais Negras
- 3.2.2 Cultura de Paz e Combate à Intolerância Religiosa
- 3.2.3 Apoio às ações das comunidades indígenas
- 3.2.4 Ações voltadas aos imigrantes

3.3 Projetos Especiais

- 3.3.1 Consciência Negra em São Paulo
- 3.3.2 Educação das Relações Étnico-Raciais
- 3.3.3 Juventude negra em foco
- 3.3.4 Articulações Internacionais

3.1 Coordenação de Ações Afirmativas

Os programas de ações afirmativas contribuem para o desenvolvimento econômico e social quando promovem maior participação de grupos raciais e étnicos nos processos decisórios, visando à ampliação dos processos democráticos, no que se refere aos princípios de garantia de cidadania e de igualdade de tratamento nas políticas de igualdade racial.

Os objetivos dessa coordenação são: propor e fomentar a criação de novos arranjos de desenvolvimento econômico e social, tendo em vista a população negra, os povos indígenas e os grupos que vivem discriminações históricas. A partir desses objetivos, as ações afirmativas são viabilizadas a partir de cinco eixos: desenvolvimento, trabalho e geração de renda; enfrentamento ao racismo e sexismo; atendimento à discriminação e à violência racial; saúde da população negra e inclusão social e cidadania.

3.1.1 Desenvolvimento, trabalho e geração de renda

A partir do eixo Desenvolvimento, Trabalho e Geração de Renda são organizadas ações, considerando as características econômicas e sociais do município com o objetivo de criar condições para o enfrentamento ao racismo institucional e para a inserção da população negra no setor público e privado, promovendo condições de equidade nos diferentes bens e serviços.

Uma ação importante que contribui para a estruturação dessa política é a participação no Comitê Trabalho Decente, coordenado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE), envolvendo diversos outros órgãos municipais e a parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Cabe à SMPPIR nesse Comitê a contribuição para formulações sobre a transversalidade da promoção de igualdade racial nas políticas públicas no mundo do trabalho.



Visando à estruturação desse eixo, se encontram em andamento as seguintes ações:

▶ **E**ncaminhamentos para implantação das cotas raciais no Serviço Público: As cotas raciais no Serviço Público são demandadas pelo Movimento Negro e constituem-se num dos desafios assumidos pela SMPIR. Em 2013 esse tema tomou vulto na agenda nacional, resultando em encaminhamentos de Projetos de Lei em âmbito federal, estadual e municipal. Em São Paulo, foi votado pela Câmara Municipal o Projeto de Lei 01-00223/2013, sancionado em 24 de dezembro pelo prefeito Fernando Haddad. O referido projeto “dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais, para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados”.

As cotas raciais como parte do Programa de Inclusão de Negros e Negras nos Serviços Públicos do Município de São Paulo incidem em várias instâncias da administração pública, visando à valorização da diversidade racial e aumento da presença de negros, não somente na forma de ingresso, “através de cotas raciais, de 20%, para negros/as em todos os concursos públicos”, mas também na “perspectiva de gênero”, visando assegurar equidade na participação das mulheres e homens negros. Inclui cota racial de 20% na contratação de “estagiários/as”, obriga a administração pública a construir uma política de inclusão de negros/as também nos “cargos comissionados”, entre outros.

Prevê-se para o desenvolvimento desta ação a criação de uma “Comissão de Acompanhamento do Programa de Inclusão de Negros/as no Serviço Público do Município de São Paulo e um Plano de Metas” com a finalidade de garantir a regulamentação e efetividade da política. A SMPIR iniciou diálogos com a Secretaria de Planejamento (SEMPPLA) visando acessar indicadores sobre o perfil étnico-racial do funcionalismo público e buscando estruturar o mencionado Programa.

▶ **D**esenvolvimento com inclusão social e econômica. Projeto de apoio institucional com base em transferência de conhecimentos inclusão social e econômica. Projeto de apoio institucional com base em transferência de conhecimentos com previsão de duração entre 2013 e 2015, concretizando parceria entre a SMPIR e o BID a partir dos seguintes componentes: 1) apoio às alianças entre setor público e privado por meio uma pesquisa/estudo sobre as ações empresariais em âmbito público e privado, envolvendo a questão de diversidade e ações afirmativas; e, estímulo a diálogos, reflexões e formulações sobre desenvolvimento econômico para o empoderamento da população negra; 2) apoio à reestruturação do Centro de Referência para a Promoção dos Direitos Humanos e a Prevenção do Racismo; 3) realização de mapeamento e diagnóstico da infraestrutura social do município visando investigar a situação de vulnerabilidade em que se encontra a população negra e outros grupos marginalizados.

No dia 17 de dezembro de 2003, como forma de estruturar o Componente 1, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a SMPIR e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social visando à elaboração da pesquisa: “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas Brasileiras e suas Ações Afirmativas Perfil 2013”, um estudo incorporando, de forma específica, as empresas privadas localizadas na cidade de São Paulo considerando suas singularidades e perfil. Paralelo a essa pesquisa será criado sob a responsabilidade da SMPIR o Fórum de Desenvolvimento Econômico para o Empoderamento da População Afrodescendente e Grupos Vulneráveis na cidade de São Paulo.

Em relação ao Componente 2, várias ações encontram-se em andamento, sobretudo no que diz respeito à avaliação e projeção da descentralização do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo.

► **Empreendedorismo Afro-Brasileiro.** O projeto “Empreendedorismo Afro-Brasileiro” é uma iniciativa dirigida a 12 estados brasileiros por meio da parceria entre Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros de São Paulo (CEABRA), o Instituto Adolpho Bauer e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Em 17 de outubro, a SMPPIR realizou, com o apoio da equipe nacional, a oficina Trabalho, Empreendedorismo e Parcerias visando ao nivelamento de conhecimento sobre o projeto e a indicação de passos para a consolidação de instrumentos institucionais para o mapeamento dos empreendedores afros, a articulação de redes de apoio aos profissionais e a capacitação como forma de fortalecimento e ampliação do número de empreendedores negros e de suas estratégias de ação. Foi elaborado ainda por parte de técnicos da SMPPIR, como referência inicial para os debates, o artigo – Empreendedorismo negro como forma de enfrentamento às desigualdades raciais, integrando o livro organizado como base para o referido projeto.

Importante ação foi realizada pela SMPPIR com a colaboração do Instituto Feira Preta nos dias 19 e 20 de dezembro. Trata-se da I Feira da Consciência Negra em São Paulo, que promoveu a combinação entre atividades musicais e culturais e a exposição da produção de 30 empreendedores negros nas mais diferentes áreas – gastronomia, artesanato, moda e acessórios.

► **Valorização do Emprego Doméstico.** Projeto em andamento a partir de parceria entre SMPPIR e SMPM com o objetivo de mapear a realidade das trabalhadoras domésticas na cidade de São Paulo, para o desenvolvimento de campanhas e políticas públicas de valorização e formalização da profissão, combatendo a precarização e garantindo trabalho digno a essas mulheres.

3.1.2 Enfrentamento do racismo e sexismo

A partir deste eixo, prevê-se o enfrentamento das desigualdades de maneira combinada entre vários órgãos de governo, seguindo orientações políticas das quais as mulheres negras foram protagonistas, em especial a partir dos anos 80, quando fortaleceram o seu papel como sujeitos políticos, incrementando, a partir da ênfase do caráter específico de sua organização, a denúncia sobre a condição de vida precarizada (enquanto mulher, negra e trabalhadora). Nesse sentido, Sueli Carneiro (2003, p. 58) ressalta que nos últimos períodos, as mulheres negras brasileiras “encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje”. Houve uma efetiva contribuição para o enegrecimento do Movimento Feminista e para a ampliação do protagonismo das mulheres negras no Movimento Negro, no movimento social e na sociedade.

Considera-se o acúmulo possibilitado pelas conferências nacionais, estaduais e municipais, e, segundo formulações presentes no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM),

a articulação entre o sexismo e o racismo incide de forma implacável sobre o significado do que é ser uma mulher negra no Brasil. A partir do racismo e da consequente hierarquia racial construída, ser negra passa a significar assumir uma posição inferior, desqualificada e menor. Já o sexismo atua na desqualificação do feminino. Somando-se a isto a heterossexualidade compulsória, o quadro apresentado se agrava. Essa normalização das relações sexuais, que torna todas as outras formas de exercício da sexualidade como desviantes e negativas, produz outra forma de discriminação, agora contra as mulheres homossexuais: a lesbofobia (BRASIL, 2008, p. 172).



Nesse sentido se deu a construção de caminhos visando alterar esse quadro de discriminações, o que contribuiu para a sedimentação desse eixo, a partir das seguintes ações:

ATIVIDADES NACIONAIS

- ▶ **A**poio à organização do Seminário “Desenvolvimento e Mulher Negra”, promovido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPPIR-PR). Este seminário realizado em 07 de maio, em São Paulo, fez parte da agenda preparatória para a III CONAPIR e integrou a programação comemorativa dos dez anos de criação da SEPPPIR.
- ▶ **P**articipação no Prêmio “Mulheres Negras contam sua História”, realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e SEPPPIR/PR. Esse prêmio estruturou-se por meio de um concurso de redações e ensaios sobre a presença das mulheres negras na construção do Brasil. No período de 26 a 27 de março, a SMPPIR esteve representada na comissão julgadora integrada por sete pessoas com a atribuição de selecionar os trabalhos a serem premiados e posteriormente participou da entrega do prêmio, no período de 22 a 24 de abril.

ATIVIDADES MUNICIPAIS E ESTADUAIS

- ▶ **A**poio ao “Encontro das Águas - Mulheres Negras Tecendo a História: organização e participação política”, realizado no dia 5 de dezembro pelo Fórum de Mulheres Negras, tendo como objetivo contribuir para formação política de suas componentes, trazendo através da memória e da oralidade a reflexão sobre o papel das mulheres negras na construção da luta contra o racismo;
- ▶ **P**articipação no Seminário sobre políticas de atenção e prevenção à violência contra a mulher no serviço de saúde organizado no dia 26 de novembro pela Secretaria Municipal de Política para as Mulheres (SPM) como parte da campanha “16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher”. Este seminário promoveu o debate sobre os desafios do atendimento ao aborto, violência doméstica e sexual, discriminação racial, entre outras.

- ▶ **P**articipação, em 22 de novembro, do “Encontro de Mulheres da Zona Leste”, organizado pela União Brasileira de Mulheres-UBM, onde foi proferida a palestra sobre “Mulher Negra e Política”.
- ▶ **R**ealização no dia 24 de julho do “Diálogo LGBT”, visando fortalecer o debate público, o investimento na visibilidade e na potencialização da participação social desse setor.
- ▶ **R**ealização do “Diálogo Temático Mulheres Negras” no dia 23 de julho, que contou com a presença de 72 pessoas. Os temas debatidos foram o enfrentamento ao racismo institucional e capacitação dos profissionais da área de saúde, monitoramento na aplicação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais, combate à violência contra a juventude negra, importância de ações de políticas públicas que protejam os povos tradicionais e de terreiro, inclusão da questão racial em propagandas e demais recursos midiáticos, criação de políticas de valorização da mulher negra empreendedora, combate à exploração sexual da mulher negra, entre outros.
- ▶ **A**poio à realização da 17ª edição da “Parada LGBT da Cidade de São Paulo”, realizada no dia 2 de junho.
- ▶ **P**articipação no “Seminário Jovens Negras – Temas e Dilemas”, realizado no dia 23 de maio, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, a partir da iniciativa do Gabinete da Deputada Leci Brandão, da Assembléia Legislativa de São Paulo.
- ▶ **P**articipação no II Seminário Internacional “Vozes e Ações das Mulheres na Política Latino-americana” realizada por Elas por Elas, Vozes e Ações das Mulheres, no dia 26 de março, no Memorial da América Latina.
- ▶ **E**m 19 de março participamos da Oficina “Construindo diretrizes políticas para travestis e transexuais” realizada pela SPM e a SMDHC, visando ao fortalecimento de aproximação entre o poder público e a sociedade civil.

- ▶ Participação na I Conferência Nacional de Gênero e Raça da União Geral dos Trabalhadores, realizada no período de 03 a 05 de março, pela União Geral dos Trabalhadores na cidade de Praia Grande – São Paulo.
- ▶ Apoio ao Prêmio Theodosina Ribeiro, em março, sob iniciativa da Deputada Leci Brandão em parceria com Elas por Elas, Vozes e Ações das Mulheres; Geledés Instituto da Mulher Negra; Unaccam – União e Apoio ao Combate ao Câncer de Mama e União Brasileira de Mulheres. Esse prêmio homenageou mulheres cujos trabalhos empoderaram, impactam e influenciam decisivamente a vida de outras inúmeras mulheres dos grupos vulneráveis de toda a cidade.

3.1.3 Atendimento à discriminação e violência racial

Considerando a necessidade do enfrentamento à discriminação racial foi criado o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo (Decreto 47.897/2006), o qual prevê a prestação de atendimento multiprofissional para vítimas de discriminação racial e/ou violência racial.

Este serviço passou a funcionar a partir de março de 2009, visando à prevenção e combate ao racismo por meio do acolhimento, encaminhamento e acompanhamento às denúncias de discriminação racial no âmbito do município; bem como a realização de debates, palestras, oficinas envolvendo as/os usuárias/os e público indireto. A partir de 2011 passou a oferecer uma ferramenta de denúncia on line pelo link da SMPiR no portal da Prefeitura de São Paulo.

A partir da sua estrutura, é encaminhado junto a demais órgãos de governo o desafio da sensibilização e formação de seus servidores públicos em relação à existência do racismo, visando ao atendimento igualitário e de qualidade, sem qualquer tipo de discriminação nos órgãos municipais.

Embora o Centro de Referência não esteja, ainda, com sua capacidade total de atendimento, devido a questões estruturais e de recursos humanos, ao longo destes três anos, as denúncias recebidas expressam a existência de discriminação racial nos diversos espaços e relações sociais, como: trabalho, instituições de ensino, prestação de serviço e vizinhança.

Dentre as principais ações realizadas para o enfrentamento à violência racial através do Centro de Referência estão:

- ▶ Planejamento para a inclusão desse serviço no Projeto “Desenvolvimento com inclusão econômica e social” visando à criação de condições para a reestruturação do serviço, assim como a geração de indicativos para a possível expansão para as demais regiões administrativas do município;
- ▶ Realização de atendimento ao público e articulação com os demais órgãos governamentais e não governamentais visando à sistematização de dados do serviço.

Foi realizada ainda, em 19 de novembro e como uma ação que amplia o raio de ação, a I Reunião de Trabalho “Sociedade Civil e Ministério Público de São Paulo: GT Intolerância - Discriminação Étnico-Racial”. Este evento foi organizado pela SMPiR e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (CEAF/ESMP), visando ao encaminhamento de ações contra a intolerância e discriminação étnico-raciais. Nesse sentido, ganharam destaque as demandas da comunidade e dos movimentos sociais e a busca de elementos para contribuir com a atuação do Ministério Público como desdobramento da criação do Grupo de Trabalho para combate de Crimes de Intolerância (GT Intolerância), instituído pela Procuradoria-Geral de Justiça.

3.1.4 Saúde da População Negra

Em 2006, a partir do II Seminário Nacional da Saúde da População Negra, o Ministério da Saúde reconheceu oficialmente a existência do racismo institucional nas instâncias do SUS. Este reconhecimento somou-se ao Estatuto da Igualdade Racial no que diz respeito ao enfrentamento do racismo como determinante social das condições de saúde:

- I – a promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS;
- II – a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;
- III – o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;
- IV – a inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;
- V – a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS (Artigo 8º do Estatuto da Igualdade Racial).

Em São Paulo, a Secretaria Municipal da Saúde, por meio do Comitê de Saúde da População Negra, impulsiona a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), articulação da qual a SMPIR e diversos órgãos de governo participam e desenvolvem as seguintes frentes:

- ▶ **E**nfrentamento ao Racismo Institucional. Realização de mapeamento dos terreiros dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana; monitoramento e implementação do “quesito cor” nas unidades de saúde e hospitais; produção de indicadores sociais; publicação de material sobre as memórias da implementação das políticas de saúde da população negra;
- ▶ **J**uventude Negra. Organização de atividades formativas sobre saúde e juventude negra visando à capacitação de profissionais da

enfrentamento ao racismo institucional; fomento a campanhas de sensibilização de combate à discriminação das doenças que acometem a população negra; desenvolvimento de estratégias de prevenção para as gestantes negras e especificidades de doenças que acometem as mulheres negras.

- ▶ **A**rticipação Popular. Elaboração de materiais informativos sobre direitos humanos, abordagem policial, violência racial, racismo institucional, intolerância religiosa e igualdade racial. Mapeamento e divulgação do trabalho das organizações sociais que têm ações no enfrentamento ao racismo; fomento à participação da população negra em todos os conselhos de saúde; construção de estratégias de ação que reconheçam os espaços religiosos de tradição africana.

- ▶ **E**ducação Permanente. Capacitação de profissionais da saúde no que diz respeito ao enfrentamento ao racismo institucional; igualdade racial; inclusão e coleta do quesito raça/cor; enfrentamento ao racismo institucional e doenças específicas da população negra.

Nesse contexto, no período de 21 a 23 de outubro, participamos do Seminário para Gestoras/es de Implementação da PNSIPN, realizado pelo Ministério da Saúde com o objetivo de aprofundar a reflexão de como operacionalizar a ação de maneira territorializada e como destacar a importância do fortalecimento institucional para o enfrentamento do racismo institucional e a implementação do Manual de Operacionalização da PNSIPN.

Participamos também, no período de 2 a 5 de outubro, da 17ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo e das Conferências Municipais Temáticas - III Conferência Municipal de Saúde da População Negra, IV Conferência Municipal de DST/HIV/AIDS e III Conferência de Saúde Mental. Em 27 de agosto, participamos do Seminário “O perfil da AIDS na cidade de São Paulo: da informação para a ação”, realizado pelo Programa Municipal DST/AIDS da Secretaria Municipal da Saúde com o objetivo de apresentar e debater informações que subsidiem as estratégias de enfrentamento da epidemia no município.

3.1.5 Inclusão social e cidadania

Para garantir a inclusão social e cidadania da população negra, o Estado deve enfrentar a desigualdade racial em todas as áreas, e, de forma especial na educação, mercado de trabalho, saúde, moradia e segurança. Considera-se que a população negra e as mulheres são grupos que vivenciam discriminações históricas, o que acarreta em barreiras para efetivação de direitos que asseguram igualdade de condições e de oportunidades para a construção de uma vida digna.

Para o desenvolvimento desse eixo, foram desenvolvidas as ações estratégicas:

▶ **Projeto Igualdades Étnicas.** Este projeto foi organizado pela The Bridge Projetos que Unem Pessoas S/S Ltda em parceria com a SMPIR, com o objetivo de estabelecer bases de cooperação mútua para criação, implementação e divulgação de ações de caráter social a partir da contribuição para a superação da desigualdade racial. A elaboração do projeto se deu por meio de vários seminários técnicos e com a participação no lançamento da Mostra Fotográfica “Mulher Angolana – ao Encontro do Desenvolvimento Sustentável”, que ocorreu no dia 13 de março, em Brasília, sob a organização do Banco Espírito Santo Angola em parceria com a World Press Photo. Para 2014 e 2015 são previstas as seguintes ações: Colóquio sobre igualdade racial e étnica junto a setores empresariais público e privado na cidade de São Paulo; Concurso e Workshops de Fotografia voltados aos jovens (nas quatro regiões de São Paulo – Sul, Norte, Leste e Oeste); Exposição Fotográfica e Livro sobre a população negra em São Paulo.

▶ **Acompanhamento das políticas de Assistência Social.** A SMPIR tem acompanhado atividades junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) visando à incorporação das necessidades das comunidades indígenas e da população negra nas diretrizes do planejamento das políticas de assistência social. São dois os temas mais pautados: implementação do quesito raça/cor como campo de preenchimento obrigatório nos formulários de programas de políticas de assistência social e a inclusão da

temática étnico-racial nos cursos oferecidos pela SMADS para os servidores e gestores da rede direta e indireta. Com esse intuito, participamos da X Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, que teve como tema “A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS”. A conferência foi realizada no período de 04 a 06 de setembro, sob coordenação do COMAS-SP - Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo e da SMADS.

▶ **Monitoramento das políticas de cotas no ensino superior.** A promoção de articulação das ações afirmativas na educação superior a partir dos debates e ações pró-cotas raciais nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) ou via Programa Universidade para Todos (PROUNI) se constitui como uma estratégia de empoderamento da população negra. Para tanto, para além de apoiar programas de ações afirmativas de inserção de negros via cursinhos pré-vestibulares, específicos, na graduação por cotas raciais e pós-graduação, busca-se também construir instância de debates junto ao Ministério da Educação e com Universidades Públicas.

▶ **Participação no GT Articulação e Monitoramento do Plano São Paulo Mais Inclusiva (GMAM).** Esse GT é composto por diversos órgãos municipais e estrutura-se a partir das áreas: acessibilidade; atenção à saúde; educação, cultura e esporte; trabalho e inclusão social e cidadania. A SMPIR participa do GMAM com a perspectiva de contribuir para a garantia de que os materiais de campanhas desenvolvidas nas áreas de direitos humanos e cidadania, igualdade racial e mulheres sejam produzidos em meios e modos acessíveis; para a realização uma campanha unificada por ano de combate ao preconceito e violência a partir da articulação das temáticas de gênero, geração, etnia, orientação sexual e condição de deficiência; e ainda para formação de 2 mil profissionais de saúde para o atendimento clínico da mulher com deficiência na perspectiva dos direitos humanos.

► **Participação no Grupo de Trabalho Integra Sé.** Esse GT é coordenado pela Subprefeitura da Sé, agregando diversos órgãos municipais. As principais atividades foram: criação do Subgrupo sobre a questão do idoso visando à identificação dos equipamentos e serviços públicos municipais existentes na região; identificação dos movimentos sociais que trabalham com a promoção da igualdade racial e se relacionam com este tema; desenvolvimento de atividades previstas no Programa São Paulo Carinhosa, voltado às crianças na faixa etária da primeira infância; desenvolvimento do projeto piloto de Qualificação de Cortiço, no bairro do Glicério.

3.2 Coordenação de Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais

A Coordenação de Patrimônio Cultural e de Comunidades Tradicionais agrega duas importantes áreas de intervenção: a valorização do patrimônio cultural e o reconhecimento da existência de comunidades tradicionais, como referência para as políticas públicas em âmbito local. Nesse sentido, um importante momento de articulação com setores da área cultural que se relacionam com a questão racial foi o “Diálogo Cultura Negra em Cena”, realizado no dia 1º de julho.

Apartir dessa base, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

3.2.1 Expressões Culturais Negras

Por meio das expressões culturais populares, como o Samba, o Hip-Hop, o Funk e os Bailes Blacks, estruturam-se ações continuadas:

► **Samba.** A Lei 12.684, aprovada em 29 de junho de 1998, institui o dia 2 de dezembro como o “Dia do Samba”, consagrando-o como patrimônio cultural oral e imaterial da humanidade, integrando ele ao Calendário Oficial da Cidade de São Paulo. Nesse sentido, destacamos as seguintes ações: a) participação da Audiência Pública – “Políticas públicas para as comunidades do samba paulista”, realizada em 16 de maio na Assembléia Legislativa de São



Paulo pelo Gabinete da Deputada Estadual Leci Brandão, envolvendo as principais organizações do mundo do samba. As proposições dessa audiência indicam importantes caminhos para vinculação da SMPPIR no fomento ao samba paulistano; b) Projeto “Samba ao Meio Dia”, realizado pela SMPPIR nos dias 2, 9, 16 de dezembro como comemoração ao Dia Nacional do Samba; c) Em 14 de dezembro, após 13 anos de existência, foi retomado o projeto Rua do Samba a partir de uma parceria entre a SMPPIR e o Instituto Cultural Samba Autêntico com o objetivo de democratizar o samba com a ocupação cultural e legítima dos espaços públicos, reafirmando o direito à cidade; d) participação no Grupo de Trabalho que elaborou o Projeto Fábrica do Samba em parceria com a SGM, SMC, SEME e SPTuris e e) a partir de parceria com a SMC, foram iniciados diálogos com as organizações do samba e dos carnavais de rua visando contribuir para visibilidade e fortalecimento dessa modalidade.

► **Bailes Blacks.** A SMPIR estimulou a criação da Associação dos Promotores de Eventos do Estado de São Paulo (APEESP) composta pelas equipes de baile das décadas de 70 e 80 – Zimbabwe, Chic Show, Black Mad, Projeto Dinamite, Os Carlos, entre outras. A APEESP desenvolve trabalho cultural em todo o Estado de São Paulo e, em especial, apoia a SMPIR em algumas atividades culturais, como por exemplo as comemorações do 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra.

► **Apoio a eventos que valorizam a cultura negra em São Paulo.** a) 12ª edição da “Feira Preta”, realizada no dia 15 de dezembro de 2013 pelo Instituto Feira Preta. O evento objetivou incentivar o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas sob o tema “Territórios Urbanos”, que reforçou o debate sobre as variadas formas de ocupação do espaço público em prol da diversidade cultural; b) Lançamento, em 13 de dezembro, do livro Cadernos Negros, v. 36 - Contos Afro-Brasileiros, promovido pelo Grupo Quilombhoje Literatura com o objetivo de colocar em evidência a literatura negra; c) 7ª edição das “Águas de São Paulo”, realizada pelo Instituto Águas de São Paulo em 30 de setembro, como iniciativa de várias entidades religiosas com o objetivo de preservar as tradições de matriz africana.



**LANÇAMENTO DO LIVRO
CADERNOS NEGROS
VOLUME 36
CONTOS
AFRO-BRASILEIROS**

Correalização:

PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE CULTURA

Associação de Cultura Afro-São Paulo

Apoio cultural:

ace
Associação de Cultura Afro-São Paulo

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
SECRETARIA DE CULTURA



3.2.2 Cultura de Paz e Combate à Intolerância Religiosa

As estratégias para a cultura de paz e combate à intolerância religiosa se desenvolvem tendo por base a Lei 14.954/09. Assim foi rearticulado, por meio da Portaria 001/SMPIR/2013, o Grupo de Trabalho Intersecretarial para formatação do Fórum Municipal Inter-Religioso de Liberdade de Crença e Cultura de Paz, cujo objetivo era desenvolver estratégias para a cultura de paz, mantendo a laicidade na relação entre poder público e sociedade civil. Esse GT é coordenado pela SMPIR e composto ainda por quatro Secretarias Municipais: Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e também por representantes de diversos setores da sociedade civil – Religiosos de Matriz Africana (Candomblé e Umbanda), Judeus, Hare Krishnas, Muçulmanos, Pentecostais, Adventistas e Católicos. Além das reuniões sistemáticas do GT teve como destaque em sua atuação:

- Comemorações no 21 de janeiro do Dia Municipal e Nacional de Cultura de Paz e Combate à Intolerância Religiosa;
- Realização do Diálogo Inter-Religioso em 30 de julho, gerando diversas discussões que enfatizaram a temática da liberdade religiosa, a questão referente à violência contra os terreiros e os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e, além disto, a função do Estado como mediador entre os diferentes agentes sociais em relação à religião;

► Participação nas etapas regionais da III COMPIR, reafirmando as proposições do Diálogo Inter-Religioso e aprimorando contribuições para a política de igualdade racial.



3.2.3 Apoio às ações das comunidades indígenas

A cidade de São Paulo possui aproximadamente 12 mil indígenas de várias etnias como: Maxacali, Tubinambá, Xavante, Terena, Kaingang, Krenák, Kuruáya, Pataxó, Fulni-ô, Pankararu, Pankararé, Kariri, Kariri-Xocó, Atikum, Xoklém, entre outras. Estes vivem de maneira concentrada em duas aldeias indígenas – no Jaraguá e em Parelheiros. No entanto, uma grande parcela não possui aldeia na cidade.

Em 26 de julho foi realizado o “Diálogo Indígena” que apresentou como demandas: elaboração de material pedagógico valorizando as tradições indígenas; criação do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) na aldeia; e, atendimento de saúde adequado às tradições indígenas incluindo cuidados da situação sanitária e territorial das aldeias; realização de censo municipal da população indígena; criação do Centro de Tradições Indígenas visando à realização de festividades e comercialização de artesanato produzido pelos diferentes grupos indígenas.

Visando articular as demandas indígenas, a SMPIR coordena o Conselho Municipal dos Povos Indígenas composto por 9 Secretarias e 9 representantes das etnias com o objetivo de subsidiar a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da política municipal dos povos indígenas. Destacam-se como atividades: a) parceria entre a SMPIR, a Fundação Nacional do Índio/FUNAI e a Secretaria Municipal de Habitação para o desenvolvimento do Diálogo “Demarcação das Terras Indígenas Aldeia do Jaraguá – Sustentabilidade Povos Indígenas no Município de São Paulo”; b) Projeto “Cidadania, Direitos de Todos” no dia 30 de novembro, integrando o Projeto Sabadania, que promoveu a regularização e inclusão do nome indígena nos documentos dos moradores da Aldeia Jaraguá a partir do estímulo a ações sistemáticas entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Coordenadoria de Infância do Estado de São Paulo, a SMPIR, a FUNAI, a SEME, a Subprefeitura de Pirituba e o Centro de Integração da Cidadania Oeste (CIC Jaraguá); c) realização da virada Esportiva Indígena, resultado de parceria com a SEME, a FUNAI e a SMPIR envolvendo as aldeias de Jaraguá e de Parelheiros.

Ainda houve a participação em dois eventos organizados por parceiros da sociedade civil: a) 6ª Retomada Indígena no período de 15 a 19 de outubro, promovida pelo Programa Pindorama e Museu da Cultura e apoio do NEMA-PUC SP, Pastoral Indigenista, C. Gaspar Garcia DH, Cursinho Foco, CIMI dando ênfase nos debates sobre “Os desafios da Lei 11.645 na escola e na universidade” e das “Políticas públicas no contexto urbano”; b) Seminário “Políticas Culturais e Povos Indígenas: A escola e outros problemas” entre os dias 2 a 4 de outubro com a promoção do Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas Econômicas/CEBRAP e do Centro de Estudos Ameríndios da USP/CEstA com o apoio da Fundação Ford, promovendo intercâmbio entre iniciativas de patrimonialização de arte, conhecimentos, técnicas, lugares, línguas; c) Encontro de Formação e Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo e Grande São Paulo realizado em 9 de março pela Comissão de

Articulação dos Povos Indígenas de São Paulo; Conselho Municipal dos Povos Indígenas; Conselho Indigenista Missionário (CIMI-SP); Pastoral Indigenista e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

3.2.4 Ações voltadas aos imigrantes

No período de 29 de novembro a 1º de dezembro, sob a coordenação da SMDHC e com o apoio da SMPPIR e outros órgãos, foi realizada a I Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes que se estruturou em quatro eixos de atuação com 57 propostas, das quais identificamos propostas relacionadas de combate ao racismo; formulação de editais para promover a produção cultural e intelectual de imigrantes; o apoio à inclusão dos eventos de grupos de imigrantes dentro da agenda cultural da cidade; o diálogo com os imigrantes oriundos de países africanos e formulação de mecanismos para fortalecer a aplicação da Lei 10.639/03. Essa Conferência contribuiu para elaboração de um diagnóstico sobre a população imigrante na cidade de São Paulo e o conhecimento das representações e lideranças.



3.3 Projetos Especiais

Os Projetos Especiais estruturados em 2013 foram: Consciência Negra em São Paulo; Educação das Relações Étnico-Raciais; Ações voltadas à juventude negra e Ações transversais e intersetoriais.

3.3.1 Consciência Negra em São Paulo

Em comemoração ao 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, foi realizado nos dias 19 e 20 de novembro o evento Consciência Negra em São Paulo que permitiu relembrar com dignidade histórica a morte e luta simbolizada por Zumbi dos Palmares (maiores informações no Encarte).

A conquista da inserção do 20 de Novembro no calendário oficial, como resultado de lutas históricas do Movimento Negro e da organização da Mulher Negra, é parte da consolidação das políticas de igualdade racial. Essa perspectiva está vinculada à aprovação e aplicação do Estatuto da Igualdade Racial, às cotas nas universidades e à Lei 10.639 (que obriga na educação o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira), entre outros.

Em São Paulo, por iniciativa dos vereadores Ítalo Cardoso e Claudete Alves (PT-SP) no governo da prefeita Marta Suplicy, o dia tornou-se feriado municipal desde 2004 (Lei 13.707/04). Posteriormente, com a Lei 47.604/06, foi instituída a Semana Cultural da Consciência Negra.

Em 2013 foram realizadas atividades educativas, culturais, sociais e mobilizadoras, resultando numa ampla programação em vários pontos da cidade.

Atividades realizadas em 19 e 20 de novembro

- Show “Música, Dança e Resistência”. A SMPPIR, em conjunto com a SMC, a SEME e o Governo do Estado de São Paulo, realizou o show: “Música, Dança e Resistência” no Vale do Anhangabaú. Esse evento envolveu inúmeras faces da negritude, por meio das expressões culturais que constroem o mosaico cultural paulistano - Samba, Hip-Hop, Funk, Soul. Durante o intervalo das apresentações, a Associação dos Promotores de Eventos do Estado de São Paulo (APEESP) realizou intervenções musicais e culturais.

I Feira da Consciência Negra em São Paulo realizada pela SMPIR e Instituto Feira Preta e Baile da Consciência Negra promovido pela SEME envolvendo Núcleos Sociais e da Terceira Idade que frequentam os equipamentos esportivos da cidade e têm na dança a sua forma de sociabilidade.

Atividades realizadas durante todo o mês de novembro

Por meio da articulação da SMPIR com outras oito Secretarias – SMSP, SMC, SMDHC, SME, SEME, SPM, SMS e SMSU, foram realizadas atividades durante todo o mês de novembro. Como exemplos, apresentamos a realização do “Novembro Negro” por parte da SME com atividades nos CEUs e da atividade “Consciência Negra em São Paulo”, desenvolvida pela SEME nos Centros Esportivos.

Foi realizado pela SMPIR um conjunto de atividades descritas em vários itens deste relatório: Debates Regionalizados sobre Igualdade Racial; I Reunião de Trabalho “Sociedade Civil e Ministério Público de São Paulo: GT Intolerância – Discriminação Étnico-Racial”; Curso voltado à Guarda Civil Metropolitana (GCM) – “Novas Perspectivas na Prevenção ao Racismo e à Violência com foco no Programa Juventude Viva”; Workshop “Educar para a igualdade Racial: Práticas Pedagógicas de Educação Infantil em São Paulo” e Curso “Relação Brasil-África – resgate histórico, atualidades e perspectivas”.

Junto ao movimento social foi desenvolvido pela SMPIR um trabalho de apoio à Marcha da Consciência Negra - 10 anos de Luta por uma Sociedade sem Racismo que ocorreu no dia 20 de novembro. Idealizada em 2003 pelas entidades do Movimento Negro de São Paulo e Organização das Mulheres Negras, a Marcha da Consciência Negra completou a 10ª edição tendo como objetivo a ocupação dos espaços públicos como exercício democrático, buscando conferir visibilidade à pauta da promoção da igualdade racial e fortalecer as marcas que o racismo impõe à maior parcela da população brasileira.

3.3.2 Educação das Relações Étnico-Raciais

As ações sobre Educação das Relações Étnico-Raciais foram desencadeadas pelo Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) Educação das Relações Étnico-Raciais, efetivando a Meta 58 do Plano de Metas, tendo seu produto final inserido no monitoramento do SIMESP – Sistema Integrado de Monitoramento Estratégico de São Paulo. O principal produto de trabalho do GTI foi o Plano estratégico para a implementação da Lei 10.639 e 11.645 que abarca:

Ações a serem desenvolvidas pela SME

Realização de Pesquisa Survey sobre a implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 na Rede Municipal de Ensino de São Paulo; formação continuada de professoras/es, gestoras/es e quadros de apoio na temática “História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena” (24 mil vagas em cursos de formação na temática oferecidas até 2016); formação inicial dos educadores indígenas; formação continuada das equipes de DOT-P (Diretoria de Orientação Técnica-Pedagógica) e supervisão das DRES (Diretoria Regional de Educação) sobre leis nº 10.639/03 e 11.645/08; disponibilização de materiais didáticos para professores (livros e kits educacionais) e produção de materiais didáticos temáticos.

Ações culturais, esportivas e de lazer

- a) a SEME desenvolverá ampliação do Projeto “Capoeira nos Centros Esportivos” e inserção da população negra nas modalidades esportivas existentes;
- b) a SMC desenvolverá ampliação do acervo de Cultura Afro-Brasileira e Indígena da Biblioteca Paulo Duarte e multiplicação nas demais bibliotecas da cidade; publicação de livros e audiovisuais dos afro-indígenas, produzidos a partir de fomentos; articulações dos pontos de cultura Afro-Brasileira e Indígena; construção de indicadores sobre censo, raça/cor nas ações e serviços;
- c) a SGM contribui com o conjunto por meio das estratégias de planejamento e de monitoramento.

Ações desenvolvidas ou apoiadas pela SMPIR:

Dia D'África. Evento realizado em 27 de maio em comemoração ao Dia da África (criado em 25 de maio de 1963) como forma de celebrar e lembrar o continente africano como parte do desenvolvimento internacional. Esse evento contou com a participação de secretários, lideranças e especialistas, o prefeito de São Paulo e o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e demarcou o início do trabalho do GTI – Educação das Relações Étnico-Raciais.

Conferência Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial.

Essa Conferência realizada nos dias 12 e 13 de setembro pelo Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado de São Paulo e a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) contou com o apoio da SMPIR. O evento foi composto por atividades simultâneas divididas em 7 (sete) eixos e com a participação específica de educadores da rede municipal e estadual (pública e privada) e de representantes dos movimentos sociais e consistiu num espaço privilegiado de avaliação, identificando a necessidade de mudanças estruturais no desenvolvimento da educação em âmbito local e nacional.

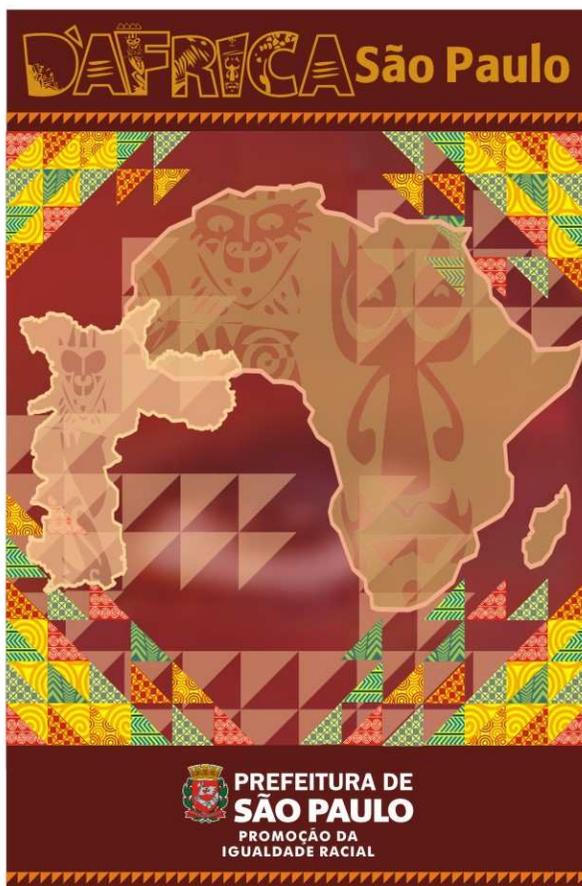
Apoio ao Prêmio "Educar para a Igualdade Racial". Esse apoio da SMPIR ao Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdades (CEERT) visa contribuir para a implementação em conjunto com a SME do prêmio "Educar para a Igualdade Racial" na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Como primeira ação foi realizada em 29 de novembro o Workshop: "Educar para a igualdade Racial: Práticas Pedagógicas de Educação Infantil em São Paulo" que teve por base o conteúdo da publicação Educação Infantil e Práticas Promotoras

de Igualdade Racial. Nesse sentido, o Workshop envolveu educadores da rede municipal e outras instituições que passarão a ser parceiras na continuidade da ação, sendo elas o Programa São Paulo Carinhosa e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Curso Relação Brasil-África – resgate histórico, atualidades e perspectivas. Esse curso coordenado pela SMPIR foi iniciado em 29 de novembro e será direcionado aos responsáveis por projetos e programas em diversas Secretarias – SMPIR, SME, SMC, SEME, SGM, SMS, SPM, SMDHC, SEMPLA, STDE e SRI. Ministrado pelo professor Kabengele Munanga (Doutor em Antropologia aposentado pela Universidade São Paulo/USP). Esse curso terá sete encontros mensais até maio de 2014 desenvolvendo os seguintes temas: Geopolítica da África; Conceito de africanidade; Antiguidade, Período Medieval, Invasões Coloniais, Pós Independência, Neocolonialismo e Imperialismo, Apartheid e Regime Segregacionista, Criação da União Africana (UA) e Renascimento Africano. Ao final será debatida a Relação Brasil-África destacando fundamentos histórico-culturais; relações diplomáticas, econômicas e comerciais na atualidade.



Estão previstas pela SMPIR para início em 2014 as seguintes ações: prêmio de redação "Por uma escola cidadã que valorize a diversidade racial na cidade de São Paulo"; realização de seminários nos espaços culturais, educacionais e esportivos em conjunto com as Secretarias que compõem o GTI. Está ainda em curso a elaboração de dois projetos: "Africanizando os Espaços Públicos" e "Nosso Samba de Todo Dia", junto ao Programa "São Paulo Carinhosa".



3.3.3 Juventude negra em foco

Em 2008, motivados pelos resultados do Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), grande número de jovens negros participou da I Conferência Nacional de Políticas para Juventude, promovida pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Presidência da República. Essa Conferência produziu indicativos para a política nacional de juventude de maneira ampla, e, no que diz respeito às questões raciais e étnicas, há um foco para povos e comunidades tradicionais e juventude negra.

Segundo Larissa Borges e Claudia Mayorga (2012), na atualidade, a juventude negra, também como forma de reação à invisibilidade e à afirmação do protagonismo político, tem ampliado o diálogo com a sociedade brasileira e administrações públicas.

Constata-se que um dos principais problemas a serem enfrentados no que diz respeito à juventude negra é a violência racial, visando à redução da vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e simbólica.

Nesse contexto, não resta dúvida quanto ao papel a ser intensificado pelo poder público, tendo como principal ação voltada à juventude negra o Programa Juventude Viva. Esse programa, instituído em São Paulo pela Portaria 42, de 15 de janeiro de 2013, é coordenado pela SMDHC e SMPIR envolvendo ação intergovernamental, a considerar 11 ministérios⁴ e 13 secretarias⁵.

⁴ Onze Ministérios: SG/PR - Secretaria Geral da Presidência da República; SEPP/PR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; MJ - Ministério da Justiça; MS - Ministério da Saúde; MinC - Ministério da Cultura; MEC - Ministério da Educação; MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; MTE - Ministério do Trabalho e Emprego; ME - Ministério do Esporte; SPM/PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

⁵ Treze Secretarias Municipais: Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC; Promoção da Igualdade Racial - SMPIR; Segurança Urbana - SMSU; Saúde - SMS; Cultura - SMC; Educação - SME; Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS; Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SMDTE; Esportes, Lazer e Recreação – SEME; Políticas para as Mulheres – SMPM; Serviços Públicos – SMSP; Comunicação – SECOM.

As atividades iniciam-se por Campo Limpo e avançarão para: a) Zona Sul: Capão Redondo, São Luís e Jardim Ângela; b) Zona Norte: Brasilândia e Pirituba; c) Zona Leste: Itaim, Itaquera, Jardim Helena e São Mateus. Essa ação está inclusa no SIMESP pelo monitoramento da Meta 43, conforme a demonstração a seguir



Neste programa a SMPiR prevê a realização das seguintes ações:

▶ **Desconstrução da Cultura de Violência:** realização de Workshop “Jovem em Conflito com a Lei – A Sociedade e o Preconceito que Condena”; Edital de Iniciativas Inovadoras “Medidas Socioeducativas”; Debates sobre a “Situação da População Carcerária”; Seminário “Egresso: Ações de Inclusão Social”; e, Workshop sobre População Carcerária para Agentes Diretos do sistema prisional.

▶ **Inclusão, Oportunidades e Garantia de Direitos:** criação do Fórum com foco na discussão sobre Juventude Negra agregando a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a OAB e a Sociedade Civil.

▶ **Aperfeiçoamento Institucional:** capacitação para gestores públicos e do Terceiro Setor na temática sobre medidas socioeducativas e combate à discriminação racial (em parceria com SMADS), curso de capacitação para GCM sobre Racismo Institucional e Capacitação para os Gestores de (RHs) sobre Racismo Institucional.

▶ **Campanhas Juventude Viva:** envolvendo diversos órgãos que desenvolvem o conjunto das ações que compõem o programa.

A SMPiR apoia as mobilizações junto a organizações na região do Campo Limpo: a) projeto “Afrobrasilidade, Cultura e Educação na Urbanidade”, promovido pela União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, no dia 13 de outubro, com atividades estimuladoras à implantação de oficinas, shows, exposição, feiras de artes, comemorando os 10 anos da Lei Federal 10.639/2003 como forma de reconhecimento à valorização histórica e cultural trazidos pelo povo africano; b) projeto “Áreas de Conflito em Transformação” em parceria com Capão Cidadão e União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, realizado no dia 26 de outubro, visando articular a rede local com movimentos ligados à questão racial.

No período de 25 a 29 de novembro foi realizado o curso: “Novas Perspectivas na Prevenção ao Racismo e à Violência”, vinculado ao Programa Juventude Viva, tendo como público as/os inspetores da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Este curso teve duração de 40 horas e foi organizado pela SMPiR, SMDHC e SMSU. Foram priorizadas as reflexões dos eixos do Programa “Juventude Viva”, proporcionando relação com o papel da GCM aliando a teoria ao intercâmbio de vivências e experiências profissionais na busca de fortalecer o processo coletivo da aprendizagem.

Ainda, em conjunto com outros órgãos governamentais foram realizadas ações estratégicas: Constituição dos Comitês Juventude Viva nas regiões prioritárias em articulação com os auxiliares da juventude das subprefeituras e a articulação junto a parlamentares no Congresso Nacional pela aprovação do PL dos autos de resistência.

3.3.4 Articulações Internacionais

Considera-se de extrema importância o inter cruzamento entre agenda nacional e internacional. Nesse sentido destacamos a participação em atividades realizadas no Brasil e outros em países:

▶ **3ª Cúpula Mundial para Líderes e Prefeitos da África e de Origem Africana.** Foi realizada em setembro de 2013 por iniciativa de instituições colombianas - Conferência Nacional de Prefeitos Negros/CNPN e Governo Federal da Colômbia, contando com a participação da SMPiR e de organizações similares de vários países das Américas e ainda representações governamentais do continente africano. Essa atividade desenvolveu-se em duas localidades – Cali (no período de 12 a 16 de setembro) e Cartagena (no período de 17 e 18 de setembro), tendo como tema principal “Desenvolvimento Econômico com Inclusão Social” com o objetivo de aprofundar o diálogo político e a cooperação internacional para o desenvolvimento da diáspora africana, visando à integração econômica, comercial, cultural, social e acadêmica.

▶ **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10.** Este seminário foi promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no período de 16 a 20 de setembro tendo como uma das atividades o Simpósio “Mulheres Negras e suas Diversas formas de Organização no Brasil” que contou com a coordenação de representantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da SMPiR. Esse

simpósio contou com a inscrição de 14 trabalhos de vários Estados do Brasil, envolvendo mulheres negras estudosas do tema. O debate provocou apontamentos importantes para a análise sobre a organização do Movimento Negro e Feminista, assim como para a realização das políticas públicas voltadas às mulheres e à promoção da igualdade racial.

▶ **Conferência Feminista “Constellations and Intercultural Paradigms in the Américas”.** A Conferência foi realizada no período de 12 e 13 de abril, pelo Center for Latin American and Caribbean Studies (CLACS) da New York University em conjunto com a Barnard Center for Research. A SMPPIR participou da mesa de debate “Black Feminisms Diasporically”, que enfocou os aspectos organizativos do movimento social (Movimento Negro e organização de mulheres negras) e das políticas de igualdade racial no Brasil.

▶ **Fórum Social Mundial (FSM).** Essa versão do FSM aconteceu na cidade de Túnis/Tunísia, situada no continente africano (África do Norte). O evento foi realizado de 26 a 29 de março. Representaram a Prefeitura de São Paulo no evento geral e no Fórum de Autoridades Locais as SMDHC, a SMPPIR e a Secretaria de Relações Internacionais e Federativas.

Especificamente a Prefeitura de São Paulo esteve envolvida como organizadora ou colaboradora de diversos eventos:

▶ **Reunião com Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Afrodescendentes das Nações Unidas.** Esta reunião intermediada pela SEPPPIR/PR ocorreu em 11 de dezembro com o objetivo de informar sobre a situação dos afrodescendentes, à luz dos compromissos internacionais assumidos pelo país. Este Grupo de Trabalho, composto por cinco membros, distribuídos regionalmente, foi estabelecido pela Comissão de Direitos Humanos, em 25 de abril de 2002, por meio da Resolução 2002/68, em cumprimento a uma demanda expressa da Declaração e Plano de Ação da Conferência de Durban. Após a visita será elaborado pelos membros do GT um relatório sobre o andamento das políticas de igualdade racial no Brasil e este deverá ser apresentado por ocasião da 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, prevista para ocorrer em setembro de 2014.

▶ **Seminário Internacional do Observatório da População Negra da Faculdade Zumbi dos Palmares - “Protagonismo e Resiliência Negra na expressão de Cruz e Souza: 151 anos depois”.** Este evento promovido pela Faculdade Zumbi dos Palmares contou com a presença de educadores e estudiosos brasileiros e de dezenas de países americanos e africanos com o objetivo de contribuir para o aprofundamento de reflexões sobre ações afirmativas em benefício da população negra. A SMPPIR contribuiu especialmente no debate, no dia 16 de novembro, sobre os avanços e limites da implementação da Lei 10.639, as políticas de igualdade racial no Brasil e a importância da relação internacional como forma de intercâmbio entre os países visando à superação do racismo.

▶ **Exposição Universal – EXPO 2020.** Esta atividade ocorreu no período de 2 a 8 de novembro, a partir de uma missão da PMSP à África, composta pela Secretaria de Relações Institucionais, o Gabinete do Governo e a SMPPIR, visando à articulação junto aos governos de Angola, República do Congo e Namíbia e também ao aprofundamento dos debates relativos à promoção da candidatura de São Paulo à Expo 2020. Em continuidade, houve a participação na reunião em Paris, realizada entre os dias 12 e 14 de novembro, com a presença de delegados dos países membros do Bureau Internacional de Exposições. Embora a cidade de São Paulo não tenha sido escolhida para sediar o referido evento, essa oportunidade de intercâmbios abriu novos horizontes de trabalho, uma das perspectivas é a intensificação de ações cooperadas com países africanos.

▶ **Apresentações de Grupos Teatrais e Culturais Africanos.** Por meio da parceria entre a SMPPIR e o MCTA – Associação Movimento Teatral, Cultural e de Artes de São Caetano do Sul, houve a contribuição para a realização do VIII Circuito de Teatro em Português na Cidade de São Paulo, no período de 12 a 21 de novembro, contando com a participação de 13 espetáculos dos oito países lusófonos, dos quais cinco são da África – Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Ainda vinculado ao Projeto Raízes como parte do evento Consciência Negra em São Paulo, ocorreram nos dias 19 e 20 de novembro apresentações de grupos culturais e teatrais africanos – O Grupo Cia Parodiantes da Ilha (São Tomé e Príncipe); A cavaqueira do Poste (Moçambique); e, GTO Teatro do Oprimido (Guiné-Bissau).



Consideramos que os intercâmbios e trocas de experiências propiciadas por esse conjunto de ações contribuirão para o desenvolvimento de parcerias visando ao estímulo ao desenvolvimento econômico e social.

4

Considerações Finais

Em São Paulo e no Brasil, constata-se que o Movimento Negro e a organização de mulheres negras têm possibilitado nas últimas décadas negociações e tensionamentos com o Estado brasileiro visando à promoção de políticas de igualdade racial. Com isso, tem ocorrido a institucionalização dessas políticas, expressas pela ação de órgãos governamentais em âmbito local e federal.

A experiência da institucionalização explicita a importância da complementação entre as políticas sociais universais e as ações afirmativas em várias áreas da administração pública: educação, saúde, segurança alimentar, desenvolvimento urbano, justiça, trabalho, entre outras. O convívio entre as duas formas se dá a partir de arranjos e diretrizes institucionais conformando as políticas de igualdade racial, geridos pelos vários organismos de governo, tendo em âmbito municipal a SMPIR como coordenadora do processo de formulação, execução e monitoramento das políticas.

Recentemente, duas leis nacionais têm impulsionado políticas locais, por meio da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial sancionado pelo presidente Lula, em 2010 e pela Lei de Cotas nas Universidades Públicas sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 2012. Ainda, em 2013 foi encaminhada para o Congresso Nacional em caráter de urgência a Lei de Cotas no Serviço Público.

No município com o sancionamento da Lei de Cotas no Serviço Público muitas ações serão desencadeadas e darão novos contornos às políticas de promoção da igualdade racial.

Nesse sentido, o Relatório de Gestão 2013 da SMPIR demonstra as construções possíveis num primeiro ano de governo. Os resultados são mais processuais, de elaboração de programas e projetos, do que quantitativos. Nesse período foram priorizadas as políticas de ações afirmativas; as ações voltadas ao patrimônio cultural, a comunidades tradicionais e aos grupos socialmente vulneráveis, como as mulheres negras e a juventude negra.

Finalizado o primeiro ano da gestão do prefeito Fernando Haddad, constata-se que os sonhos e expectativas vão se tornando gradativamente realidade. Hoje a SMPIR soma várias realizações, mas também foram fortalecidos antigos e novos desafios.

No início de 2014, será inaugurada a sede da SMPIR. Será ofertada uma estrutura para abrigar o denso trabalho de promoção da igualdade racial, que é missão de governo e é também interesse da sociedade civil, sobretudo do

Movimento Negro e da organização de mulheres negras. O novo espaço estará à altura da dignidade da luta da população negra, que remonta séculos de estratégias para garantia de direitos e cidadania.

Refirma-se a educação étnico-racial como a menina dos olhos da SMPIR. Pois a partir da priorização estabelecida pelo prefeito foi impulsionada a implementação da Lei Federal n. 10.639/03. No início de 2014 serão lançados, a partir de parceria entre SMPIR e SME, o Plano Estratégico para implementação das Leis 10.639 e 11.645 e a edição especial da Publicação – Síntese da coleção História Geral da África (HGA). A síntese HGA constitui-se em dois volumes pedagógicos elaborados a partir da coletânea História Geral da África. Esse material será destinado aos educadores e é de elaboração da UNESCO, em parceria com o Ministério da Educação.

Tantos outros desafios estão previstos na rota de 2014. O principal é a garantia de um arranjo institucional que garanta avanços para a política de promoção da igualdade racial. Dessa maneira, entre diversas ações previstas, está, a montagem do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR) e o lançamento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PLAMPIR).

Para finalizar, é importante reafirmar que o planejamento estratégico para as ações dos próximos anos, tendo por base o PLAMPIR, deverá ser articulado com os diversos órgãos de governo e com a sociedade civil. Com isso pretendemos democratizar cada vez mais o processo de execução das políticas de igualdade racial.

SMPIR/Dezembro de 2013.

5

Referências

BARÓ, Dionísio et al. Desigualdade racial e construção institucional: a consolidação da temática racial no governo federal. In: JACCOUD, Luciana (Org.). A Construção de uma política de promoção da igualdade racial – uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A Mulher Negra no mercado de trabalho. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 479-95, 1995.

BORGES, Larissa Amorim; MOYORGA, Claudia. Juventude negra – memórias de lutas e conquistas políticas. In: RIBEIRO, Matilde (Org.). As Políticas de Igualdade Racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 195-218.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2003. 35 p.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2011.

_____. _____. Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR. Brasília, 2009.

_____. _____. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2003.

_____. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM. Brasília: SPM, 2008.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Juventude Viva: plano de prevenção à violência contra a juventude negra. Brasília: SNJ, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

ENJUNE. Encontro Nacional de Juventude Negra: novas perspectivas na militância étnico/racial. In: THOMAS, Claudio; ZIMBWE, Thais (Org.). Bahia - Relatório Final. Salvador: Coordenação Nacional do ENJUNE, jul. 2007.

LAIA, Maria Aparecida. Coordenadoria dos Assuntos da População Negra: 20 anos. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2012.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: História, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global e Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração da Conferência Mundial dos Direitos Humanos - Declaração de Viena. 1993. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>>. Acesso em: ago. 2008.

PAPA, Fernanda de Carvalho. Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil. Percursos de uma Pré-Política. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento, 2013.

_____. Documento Síntese da III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR). São Paulo, 2013.

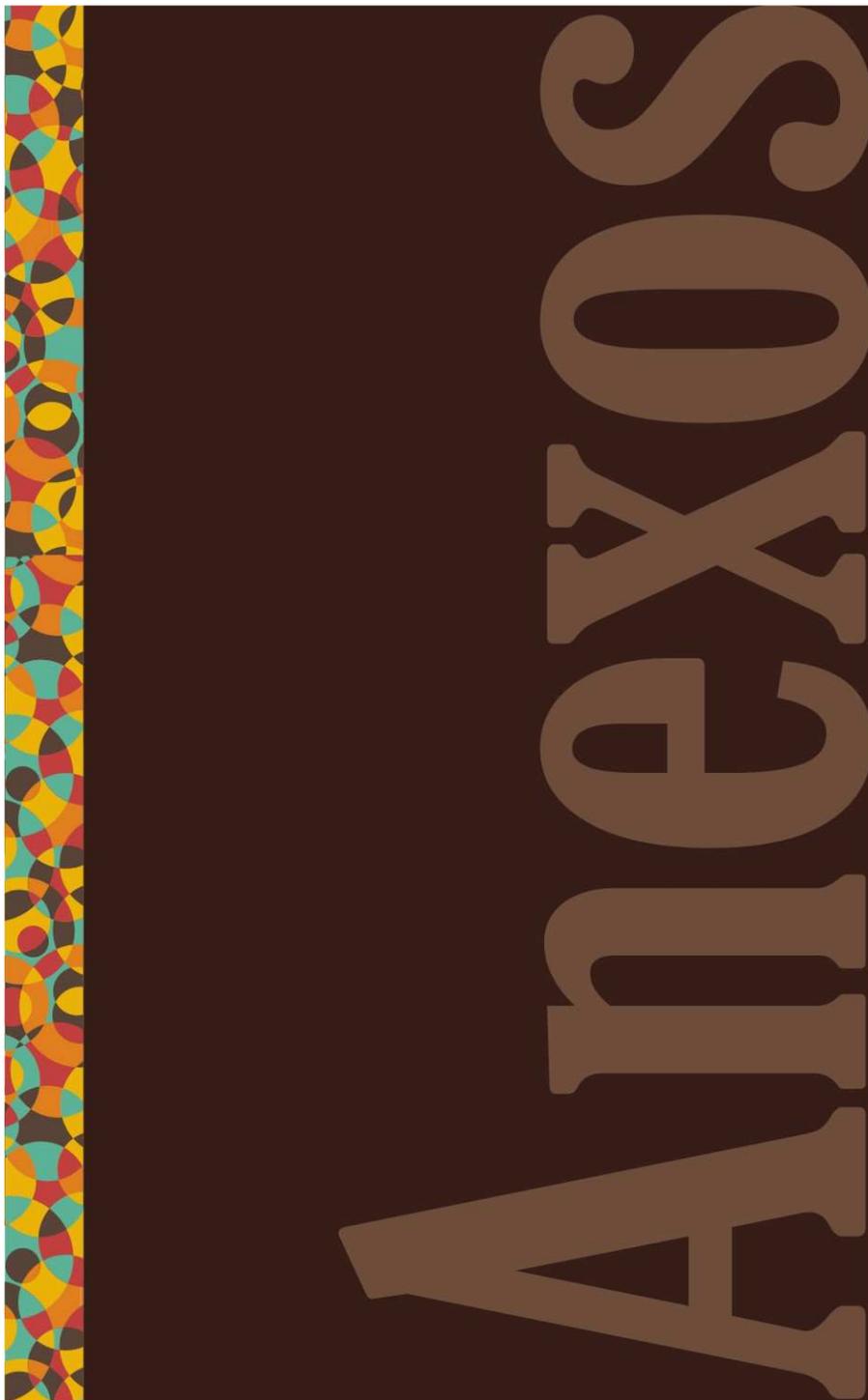
RIBEIRO, Matilde. A institucionalização das Políticas de Igualdade Racial no Brasil no período de 1988-2010. 2013. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/São Paulo, 2013.

_____. As Políticas de Igualdade Racial: reflexões e perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 105-21.

SILVA, Josenilton et al. A promoção da Igualdade Racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, Luciana (Org.). A Construção de uma política de promoção da igualdade racial – uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

SILVEIRA, Oliveira. Origens do Vinte de Novembro. Revista – Dia da Consciência Negra – 35 Anos, Brasília, Governo Federal, 2006.

SOUZA, Marcilene Garcia. Ações afirmativas e inclusão de negros por cotas raciais nos serviços públicos do Paraná. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, Araraquara, 2010.



Anexo A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SMPIR

CAPÍTULO I - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 2º Fica criada a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – SMPIR, órgão da Administração Municipal Direta, com a finalidade de formular, coordenar e articular políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e avaliação das políticas públicas de ações afirmativas da promoção dos direitos dos indivíduos e grupos étnico-raciais, com ênfase na população negra, que sofreram injustiças históricas e sofrem de desigualdades sociais motivadas pela discriminação racial e demais formas de intolerância.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial:

I – assessorar o Prefeito na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção da igualdade racial;

II – coordenar e acompanhar as políticas transversais de Governo para a promoção da igualdade racial, no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

III – promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;

IV – articular e facilitar a concretização de projetos, programas e políticas públicas de ação governamental para a promoção da igualdade racial;

V – promover o enfrentamento da discriminação racial, em todas as formas de violência, defendendo os direitos individuais e coletivos dos diversos grupos étnico-raciais;

VI – acompanhar e propor políticas de necessidades específicas para os povos indígenas e comunidades tradicionais e religiões de tradição africana;

VII – estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas a promover projetos voltados à promoção da igualdade racial;

VIII – realizar as Conferências Municipais de Promoção da Igualdade Racial;

IX – exercer outras atribuições correlatas e complementares na sua área de atuação.

CAPÍTULO II - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem a seguinte estrutura:

I – Gabinete do Secretário, com:

- a) Chefia de Gabinete;
- b) Assessoria Técnico-Jurídica;
- c) Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais;

II – Coordenação de Ações Afirmativas, com:

- a) Gabinete do Coordenador;
- b) Supervisão de Ações Programáticas;
- c) Supervisão de Ações Regionalizadas, composta de 8 (oito) Centros de Referência Regionais, nas macrorregiões: Sul 1; Sul 2; Centro; Oeste; Leste 1; Leste 2; Norte 1 e Norte 2;

III – Coordenação de Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais, com Gabinete do Coordenador;

IV – Supervisão de Administração e Finanças;

V – Observatório de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

VI – Conselho Municipal de Igualdade Racial;

VII – Conselho Municipal dos Povos Indígenas.

CAPÍTULO III – ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES

Art. 5º A Chefia de Gabinete tem as seguintes atribuições:

I – planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades técnicas e administrativas de apoio ao Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial e ao Secretário Adjunto;

II – executar atividades relacionadas com as audiências e representações políticas e institucionais do Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

III – supervisionar e coordenar as atividades de administração geral da Secretaria.

Art. 6º A Assessoria Técnico-Jurídica tem por atribuição a elaboração de pareceres técnicos e jurídicos em processos e documentos enviados pelas unidades da Secretaria e demais órgãos municipais em assuntos pertinentes à sua área de atuação, que devem ser submetidos ao Secretário, ao Secretário Adjunto e ao Chefe de Gabinete.

Art. 7º A Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais tem as seguintes atribuições:

I – apoiar planos, programas, projetos e ações voltados à promoção da igualdade racial, em especial a aprovação e execução do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

II – acompanhar a elaboração de proposta setorial e transversal da promoção da igualdade racial para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias e elaboração do Orçamento-Programa da Secretaria;

III – representar a Secretaria perante os órgãos colegiados e instâncias de deliberações do governo municipal nos assuntos relativos à promoção da igualdade racial.

Art. 8º A Coordenação de Ações Afirmativas tem as seguintes atribuições:

I – formular e gerir programas e projetos desenvolvidos pela SMPIR, com a adoção de medidas que visem à correção das desigualdades raciais e à promoção da igualdade de oportunidades de forma territorializada;

II – desenvolver e coordenar a implementação de políticas e programas de ação afirmativa e do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, destinados ao enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos e acesso à justiça;

III – desenvolver ações transversais, observados os objetivos voltados para a promoção da igualdade racial;

IV – estimular, apoiar e fortalecer iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnico-raciais, mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

V – realizar ações regionalizadas e territorializadas no enfrentamento da discriminação racial e promoção da igualdade racial, por meio dos Centros de Referência Regionais;

VI – colaborar com o Conselho Municipal de Igualdade Racial na consecução dos objetivos estabelecidos neste Título.

Art. 9º A Coordenação de Patrimônio Cultural e Comunidades Tradicionais tem as seguintes atribuições:

I – formular políticas de promoção da defesa dos direitos e interesses das comunidades tradicionais, reduzindo as desigualdades e eliminando todas as formas de discriminação identificadas;

II – promover a preservação da memória histórica dos grupos étnico-raciais;

III – promover o diálogo com comunidades de expressões culturais tradicionais vinculadas com os grupos étnico-raciais, buscando o reconhecimento e respeito ao patrimônio histórico e cultural, como forma de combate à discriminação racial;

IV – desenvolver atividades voltadas aos três pilares do patrimônio cultural, material e imaterial sobre africanidades;

V – colaborar com o Conselho Municipal dos Povos Indígenas na consecução dos objetivos estabelecidos na Lei nº 15.248, de 26 de julho de 2010.

Art. 10. A Supervisão de Administração e Finanças tem as seguintes atribuições:

I – gerir o quadro de pessoal, os recursos orçamentários e financeiros, os contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres e os equipamentos de informática;

II – adquirir bens e serviços;

III – administrar os bens patrimoniais móveis;

IV – providenciar serviços gerais e de manutenção;

V – exercer outras atribuições compatíveis com a área de atuação.

Art. 11. O Observatório de Políticas de Promoção da Igualdade Racial tem as seguintes atribuições:

I – analisar a eficácia das políticas públicas de combate às desigualdades sociais aplicadas pelo Município;

II – monitorar os dados existentes no âmbito do Município sobre a questão étnico-racial;

III – produzir, disseminar e divulgar indicadores, análises, estudos e pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a situação étnico-racial no Município, visando a subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas municipais voltadas a ações afirmativas que permitam a promoção da igualdade racial;

IV – gerenciar, desenvolver e manter sistema informatizado de coleta, registro e análise de dados e resultados para servir de subsídio à formulação e implementação das políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida dos segmentos da população envolvidos.

Parágrafo único. A composição e o funcionamento do Observatório de Políticas de Promoção da Igualdade Racial serão estabelecidos em regulamento.

CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIAS DOS DIRIGENTES

Art. 12. Ao Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial compete planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades que integram a Secretaria e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Prefeito.

Art. 13. Aos demais dirigentes da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial compete planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de suas respectivas unidades, bem como exercer outras atribuições que lhe forem cometidas em suas respectivas áreas de competência.

CAPÍTULO V – ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 14. Fica criado, na Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Municipal de Igualdade Racial – COMPIR, órgão colegiado de composição tripartite, composto por representantes do poder público municipal, servidores públicos e da sociedade civil, com a finalidade de subsidiar a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da política pública local de igualdade racial.

Art. 15. O Conselho Municipal de Igualdade Racial tem as seguintes atribuições:

I – propor, em âmbito municipal, políticas de promoção da igualdade racial, com o objetivo de combater o racismo e a discriminação racial, desconstruir preconceitos e reduzir as desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico, financeiro, social, político e cultural;

II – propor estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas de promoção da igualdade racial, fomentando a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas no Município;

III – acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais, com vistas à implementação de ações de promoção da igualdade racial;

IV – acompanhar e propor medidas de defesa de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;

V – organizar e acompanhar a Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 16. O Conselho Municipal de Igualdade Racial será integrado por 10 (dez) membros titulares e 5 (cinco) suplentes.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial será representada no Conselho Municipal de Igualdade Racial pelo Secretário Municipal e pelos Coordenadores Gerais.

Art. 18. Os representantes dos servidores públicos serão eleitos em plenárias convocadas pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Art. 19. A representação dos servidores públicos e da SMPPIR não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da totalidade dos membros do Conselho.

Art. 20. A representação da sociedade civil será obtida em plenária aberta a entidades, grupos, movimentos e associações previamente cadastradas na Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e que tenham, comprovadamente, desenvolvido esforços na luta contra a discriminação racial.

Art. 21. As regras para a primeira eleição dos membros do Conselho e dos suplentes, bem como seu funcionamento serão estabelecidos em regulamento.

Art. 22. O mandato dos representantes do Conselho Municipal de Igualdade Racial será de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição.

Parágrafo único. As funções dos membros do Conselho serão consideradas como serviço público relevante, sendo, contudo, vedada sua remuneração a qualquer título.

Art. 23. Mantidas suas atribuições, o Conselho Municipal dos Povos Indígenas criado pelo Decreto nº 52.146, de 28 de fevereiro de 2011, passa a vincular-se à Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo único. Decreto do Executivo disporá sobre a composição e o funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Ficam absorvidas pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, ora criada:

I – as incumbências fixadas para o Secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial por meio do art. 4º do Decreto nº 53.685, de 1º de janeiro de 2013;

II – as atribuições previstas no art. 7º da Lei nº 14.667, de 14 de janeiro de 2008, para a Coordenadoria de Assuntos da População Negra – CONE.

Art. 25. Durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta lei, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania prestará apoio administrativo e a infraestrutura necessários ao desempenho das atribuições da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial

Parágrafo único. No curso do prazo fixado no “caput” deste artigo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania deverá repassar à Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, de forma gradual, os serviços por ela atualmente executados.

Anexo B

Datas importantes

JANEIRO

01 - Dia Mundial da Paz (1968)

02 - Fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, em São Paulo-SP (1711)

21 - Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007) e Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa (Decreto n. 38.728 de 2 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei n. 12.684, de 29 de junho de 1998)

FEVEREIRO

02 – Dia de Iemanjá – Projeto de Lei 1.154/2011, da deputada estadual Leci Brandão, que institui o “Dia de Iemanjá”, a ser comemorado, anualmente, em 02 de fevereiro. A data poderá integrar o Calendário Oficial do Estado em caso de sanção do governador.

11 – Data da libertação de Nelson Mandela (1990)

MARÇO

8 - Dia Internacional da Mulher (1977)

21 - Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, em memória das vítimas do massacre de Shapeville, na África do Sul (1960)

21 - Zumbi dos Palmares é incluído na galeria dos Heróis Nacionais (1997)

Semana do Hip-Hop - A Semana da Cultura Hip-Hop foi instituída pela Lei municipal nº 13.924/2004 e consolidada no artigo 7º da Lei nº 14.485/2007, incluindo obrigatoriamente o dia 21 de março, quando se comemora o Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial.

ABRIL

07 - Dia Mundial da Saúde, escolhido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para lembrar a luta por melhores condições de vida

19 – Dia Nacional do Índio

19 - Dia Mundial da Juventude

30 - Dia Nacional da Mulher

MAIO

01 - Dia Internacional do Trabalho

13 - Assinatura da Lei Áurea (1888)

13 - Dia da Denúncia contra o Racismo

13 – Dia do Turismo Étnico Afro-Brasileiro – Lei nº 14.280, de 21 de março de 2007

24 – Dia Nacional do Cigano

25 - Dia da Libertação da África (1972)

27 – Dia de criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Lei 15.764, de 27 de maio de 2013

JUNHO

16 - Dia Internacional de Solidariedade à Luta do Povo da África do Sul, instituído pela ONU, dado ao levante de Soweto, em 1976.

16 – Festa Popular de Nossa Senhora do Rosário de Penha da França e São Benedito dos Homens Pretos – Lei nº 14.382, de 10 de maio de 2007.

JULHO

03 - Aprovada a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390), abordando a discriminação racial como contravenção penal (1951)

25 – Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do Caribe (1992)

AGOSTO

22 – Dia do Folclore Nacional

31 – Data de início da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Intolerâncias Correlatas realizada em Durban/África do Sul em 2001

SETEMBRO

16 - Fundação da Frente Negra Brasileira (FNB)

30 - Águas de São Paulo – a atividade se baseia na Lei nº 14.619, de 02 de dezembro de 2007, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para nela incluir o Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.

OUTUBRO

10 - Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher

26 - Dia Nacional da Juventude

NOVEMBRO

20 – Dia Nacional da Consciência Negra

Semana Cultural da Consciência Negra – Lei nº 14.160, de 23 de maio de 2006 – Institui a Semana Cultural da Consciência Negra, a ser comemorada anualmente, na semana do dia 20 de novembro, Dia de Zumbi dos Palmares.

25 – Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher, instituído no 1º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho em 1981 e proclamado pela ONU (1999)

DEZEMBRO

02 - Dia do Samba – Lei nº 12.684, de 29 de junho de 1988

10 - Dia da Declaração dos Direitos Humanos, instituído pela ONU (1948)

Encarte: 20 de Novembro – Consciência Negra em São Paulo

Para dar mais força ao significado das Comemorações – Consciência Negra em São Paulo, foi incluído no Relatório SMPIR 2013 o artigo “Origens do Vinte de Novembro”, escrito em 2006 por Oliveira Silveira (falecido em 1º de janeiro de 2009), que fez parte das comemorações de 35 anos da inserção da data 20 de Novembro na sociedade brasileira, como o Dia Nacional da Consciência Negra. Silveira foi um entre diversos escritores que emprestaram suas emoções e memórias para compor a publicação “Consciência Negra – Novembro de 2006” como resultado do “Projeto Dia Nacional da Consciência Negra – 35 anos”, realizado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPPIR/PR).

Ao realizar o evento Consciência Negra em São Paulo e homenagear Oliveira Silveira, relembramos também Abdias do Nascimento, Lélia Gonzáles, Thereza Santos, Hamilton Cardoso, Sonia Regina Leite, Maria José Pereira e tantas outras pessoas que contribuíram para a existência do 20 de Novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra e as ações que visam à inclusão da população negra como cidadã, denominadas hoje de “Políticas de Igualdade Racial”.

Nada mais oportuno, ao resgatar a dignidade racial herdada de Zumbi dos Palmares, do que resgatar iniciativas históricas que demarcam os caminhos para as políticas de igualdade racial na atualidade. Sabemos que há muito o que conquistar do ponto de vista dos direitos, mas são apontadas nas palavras de Oliveira Silveira e de tantas pessoas anônimas reflexões que trazem esperanças para o enfrentamento dos desafios para um mundo mais justo e igualitário.

Só podemos dizer, ao recontar a história do 20 de Novembro: Valeu, Zumbi! Assim como podemos acrescentar que estamos dando andamento aos ensinamentos da persistência e da capacidade de resiliência, olhando sempre para um futuro mais promissor para a população negra e todos os grupos discriminados.

Origens do Vinte de Novembro ^{6/7}

Foram necessários 35 anos! E evidentemente há um relativismo nessa afirmação e... exclamação. São 35 anos do que se pode chamar o período contemporâneo da resistência e das lutas negras no Brasil, quando já são denominadas Movimento Negro – período contado a partir de 1971. Esse foi um ano demarcador através da primeira celebração nacional do Vinte de Novembro. Novos tempos se iniciam desdobrando-se em três fases: 1971-78 – a virada histórica; 1978-88 – organização, ações políticas, protestos, posicionamento estratégico...; e de 1988 em diante - as conquistas já mais concretas e palpáveis: presença na Constituição, espaços públicos desde a Fundação Cultural Palmares à SEPPPIR, reparações via ações afirmativas (cotas, reserva de vagas, programas em áreas como saúde e educação, bolsas de estudo como as do Instituto Rio Branco), territorialidade negra etc. Foram necessários 35 anos de ação continuada para chegar a algum retorno significativo, muito significativo, aliás – ou para encaminhar outros, dando sequência ao trabalho resistente de gerações e gerações negras ao longo de cinco séculos. Mas desses 35 anos com o Vinte de Novembro, fiquemos apenas com as origens.

Daquele treze a este vinte

A evocação do dia 20 de novembro como data negra foi lançada nacionalmente em 1971 pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O grupinho de Negros se reunia costumeiramente em alguns fins de tarde na Rua da Praia (oficialmente dos Andradas), quase esquina com Marechal Floriano, em frente à Casa Masson. Eram vários esses pontos de encontro, havendo às vezes algum deslocamento por alguma razão. Pontos negros.

Na roda, tendência à unanimidade. O Treze de Maio não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel, a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro. E sem o Treze era preciso buscar outras datas, era preciso retomar a história do Brasil. Nas conversas, a República, o Reino, o Estado, os quilombos de

⁶ Oliveira Silveira, Professor universitário e integrante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

⁷ Referências bibliográficas do Artigo: CARDOSO, Marcos Antônio. O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998. Belo Horizonte: Mazza Ed., 2002; e, SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo, in: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). Educação e Ações Afirmativas. Brasília-DF: MEC/Inep, 2003.

Palmares (Angola Janga) foi o que logo despontou na vista d'olhos sobre os fatos históricos.

As fontes que levaram ao 20 de Novembro de 1695 foram o fascículo Zumbi da série Grandes personagens da nossa história, editora Abril Cultural, 1969, o livro O Quilombo dos Palmares, de Édison Carneiro (São Paulo: Editora Brasiliense, 1947) e, corroborando, a obra As guerras nos Palmares, do português Ernesto Ennes, editado na coleção Brasileira (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938).

Foram quatro os participantes da primeira reunião, iniciadores da agremiação ainda sem nome: Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes. Um quinto, de nome Luiz Paulo, assistiu, mas não quis fazer parte do trabalho. A ideia era um grupo cultural com o espaço para estudos e para as artes, notadamente literatura e teatro. Afinal estavam bem presentes e atuantes os exemplos do Teatro Experimental do Negro, o TEM, e da militância de Abdias do Nascimento, exemplo do poeta Solano Trindade e do Teatro Popular Brasileiro. Era preciso conhecer mais a história, debater as questões raciais, sociais. Vinham do exterior instigações como socialismo versus capitalismo, negritude, independências africanas e movimentos negros estadunidenses. A reunião foi por volta de 20/07/1971 (e adotou-se esta como data inicial do grupo).

Já na próxima ou em alguma das reuniões seguintes, ingressou Nara Helena Medeiros Soares (falecida) e dois ou três meses adiante Anita Leocádia Prestes Abad, ambas consideradas também fundadoras.

O local da primeira reunião foi a casa situada no número 303 da rua Tomás Flores, bairro Bonfim. Era uma casa de professores: José Maria Vianna Rodrigues (falecido no ano anterior), Maria Aracy dos Santos Rodrigues, Julieta Maria Rodrigues, Oliveira Silveira, a menina Naiara Rodrigues Silveira, futura docente, e a senhora Jovelina Godoy Santana, sem esse título, mas guardiã de lições de vida (longa). Ali haviam sido corroborados os estudos do Vinte de Novembro, e de Palmares, com a leitura do livro de Ernesto Ennes, num esquecido e mal folheado exemplar cedido ainda em vida pelo professor José Maria. Lembrado e retomado em momento oportuno, o volume passou a ser devidamente reconhecido como valioso.

A segunda reunião e algumas das seguintes foram em casa de Antônio Carlos Cortes e seus familiares, no prédio da Loteria estadual sito à Rua da Praia quase esquina com a rua João Manuel.

Foi onde e quando o trabalho nascente recebeu o nome de Grupo Palmares.

A denominação Grupo Palmares nasceu do conjunto de participantes da segunda reunião devido às considerações de que Palmares parecia ser a passagem mais marcante na história do negro no Brasil ao representar todo um século de luta e liberdade conquistada e sendo também um contraponto à "liberdade" doada no 13 de maio de 1888 etc. Outras propostas de nome praticante não tiveram espaço.

Ao expor brevemente essas considerações já compartilhadas desde as reuniões informais do ponto na Rua da Praia, o componente que vinha estudando Palmares e tentando uma vista d'olhos sobre a história (Oliveira Silveira) – estudos impulsionados por aqueles encontros e diálogos – sugeriu a adoção e evocação do dia 20 de novembro, morte heroica de Zumbi e final de Palmares, justificando:

- ▶ Não se sabia dia e mês em que começam as fugas para os Palmares (lá por 1595);
- ▶ Não havia data do nascimento de Zumbi ou outras do tipo marco inicial;
- ▶ Tiradentes também foi homenageado na data de morte, 21 de abril.
- ▶ A homenagem a Palmares em 20 de novembro foi incluída pelo grupo na programação elaborada para aquele ano e foi precedida por duas outras – a Luiz Gama em setembro e a José do Patrocínio em outubro.

Primeiro Vinte

A homenagem a Palmares ocorreu no dia 20 de novembro de 1971, um sábado à noite, no Clube Náutico Marcílio Dias, sociedade negra sita à avenida Praia de Belas nº 2300, bairro Menino de Deus, em Porto Alegre. O Marcílio, fundado em 4/7/1949, foi um importante espaço físico, social e cultural perdido nos anos 80. Público reduzido, conforme o esperado, mas considerado satisfatório. "Zumbi, a homenagem dos negros do teatro" foi o título da Folha da Tarde para a nota publicada no dia 17. E nessa época de ditadura, em que os militares eram chamados de gorilas, o teatro era muito visado.

O grupo foi chamado à sede da Polícia Federal para, através de um de seus integrantes, apresentar a programação do ato e obter liberação da censura no dia 18.

A homenagem a Palmares em 20 de novembro de 1971 foi o primeiro ato evocativo dessa data que, sete anos mais tarde, passaria a ser referida como dia nacional da consciência negra.

Virada histórica e construção

A partir de meados de 1972 a formação do grupo contava com Antônia Mariza Carolino, Helena Vitória dos Santos Machado e Marli Carolino, além de Anita e Oliveira. Um dos principais locais de reunião passou a ser o bar da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a UFRGS, que na época era URGS. Anita Leocádia Prestes Abad, que em 1973 já não estava mais no grupo. Helena Vitória dos Santos Machado e, a partir de 1976, Marisa Souza da Silva foram integrantes cuja participação contribuiu decisivamente para o ajuste do trabalho ao contexto das lutas sociais.

Uma cronologia pode demonstrar o esforço continuado, marcando o Vinte de Novembro ano a ano até a sua total implantação no país.

- ▶ 1971 – Primeiro ato evocativo do Vinte de Novembro, a homenagem a Palmares em 20/11 no Clube Náutico Marcílio Dias.
- ▶ 1972 – Sete páginas dedicadas a Palmares na revista ZH do jornal Zero Hora em 19/11. Histórico de Palmares, depoimento do grupo, redigido por Helena Vitória dos Santos Machado, poema de Solano Trindade com ilustração de Trindade Leal, um conto, capa e ilustração da artista plástica negra Magliani (Maria Lídia), além da ilustração de Batsow, imagens aproveitadas do fascículo Zumbi da Editora Abril e fotos. Material organizado e redigido pelo componente Oliveira e editado por Juarez Fonseca, do Zero Hora.
- ▶ 1973 – De 6 a 20/11, exposição “Três pintores negros” (Magliani, J. Altair e Paulo Chimendes), palestra de Décio Freitas e o espetáculo “Do carnaval ao quilombo” (música, texto).
- ▶ Local: Teatro de Câmara. Em 13 de maio fora publicada no Jornal do Brasil uma entrevista concedida pelo Grupo Palmares. Segundo informações, uma síntese da matéria apareceu no jornal francês Le Monde. Nesse e noutros anos, televisão e rádio ajudaram na difusão da proposta.
- ▶ 1974 – Divulgação de manifesto através do Jornal do Brasil, em matéria assinada por Alexandre Garcia (repórter também na entrevista de 13/5/73). No texto, breve histórico de Palmares, sugestão expressa de reformulação

dos livros didáticos quanto a Palmares “e outros movimentos negros” e indicação de bibliografia. Maria Beatriz Nascimento (2002, p. 48), atenta, registrou.

- ▶ 1975 – Encontro Grupo Palmares e Grupo Afro-Sul, de música e dança, no Clube de Cultura, associação judaica. A seguir, em 10 e 16 de dezembro, foram realizadas em parceria com o clube duas palestras de Décio Freitas.
- ▶ 1976 – Lançamento do livreto Mini-história do negro brasileiro, na sociedade negra Nós os Democratas. Da tentativa de reformulação surgiu posteriormente História do Negro brasileiro: uma síntese, outro livreto editado pela Prefeitura de Porto Alegre, através da SMEC, em 1986, assinado por Anita Abad e outros. Nesse ano, em novembro, semanas do negro em Campinas-SP com o Grupo Teatro Evolução e em São Paulo como o Cecan e o Cecab. No Rio de Janeiro, conferir ações do IPCN, por exemplo, entidade nova já atenta ao Vinte de Novembro.
- ▶ Nesse ano o Grupo Palmares recebeu a visita de Orlando Fernandes, vice-presidente cultural do IPCN, e Carlos Alberto Medeiros, vice-presidente de relações públicas. O Vinte ganhava adesões.
- ▶ 1977 – Ato na Associação Satélite Prontidão, sociedade negra, com exposição da minibiblioteca do Grupo Palmares e a presença do escritor negro paulista Oswaldo de Camargo, convidado especial. O grupo Nosso Teatro, depois Grupo Cultural Razão Negra, fez apresentação demonstrativa (não a caráter) de sua montagem para a dramatização de “Esperando o embaixador”, conto de Oswaldo.

Além de assinalar o Vinte de Novembro, o Grupo Palmares realizou outras atividades como visita, estudo e divulgação da Congada de Osório-RS em 1973, aproximação com sociedades negras (clubes), mural na sociedade 508 Nós os Democratas, interação e intercâmbio com outros grupos ou entidades... Motivado pelo exemplo de Porto Alegre foi criado em 4/8/1974 em Rosário do Sul – RS, o Grupo Unionista Palmares – data de registro para a fundação ocorrida em 21/7. A partir de 20/11/2001 o nome mudou para Grupo Palmares de Rosário do Sul.

A primeira fase do Grupo Palmares, de Porto Alegre, encerrou em 3 de agosto de 1978. Viriam outras duas, mais adiante. Mas o Vinte de Novembro já estava implantado no país, já estava estabelecida a virada histórica e construído ao longo de sete anos um novo referencial para o povo negro e sua luta. Para o indivíduo negro, homem ou mulher, sua autoestima, sua identidade. Criança

indivíduo negro, homem ou mulher, sua autoestima, sua identidade. Criança ou adulto. Novo referencial para o Brasil, com atenções até do exterior, verificadas mais tarde.

E o Vinte de Novembro logo receberia a adesão importante do MNUCDR com o manifesto de 1978 e a denominação Dia Nacional da Consciência Negra. Receberia, na figura do rei e herói, o Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu), para cidades do Estado de São Paulo. E estava, através de imagem de Zumbi ou explicitamente, como data negra, no grupo Tição (1977-1980), de Porto Alegre, em sua revista nº1, de março de 1978; na sessão Afro-Latino-América do jornal ou revista Versus em outubro de 1978, São Paulo; na literatura negra, em “Cadernos Negros” nº1, São Paulo, o primeiro de uma grande série e com versos de Cuti, Eduardo de Oliveira e Jamu Minka falando em Zumbi, em Ele Semog e José Carlos Limeira juntos em “O arco-íris negro”, no Rio em 1978, ou em Abelardo Rodrigues de “Memória da noite”, no mesmo ano em São Paulo.

O Vinte de Novembro e seu espírito já estavam muito bem incorporados à vida e à luta.

O espírito de Vinte

O historiador negro mineiro Marcos Antônio Cardoso (2002, p. 47, 48, 66, 67) faz justiça ao Grupo Palmares e sua iniciativa de marcar o Vinte de Novembro, destacando a atuação do grupo no conjunto de ações do Movimento Negro, objeto de sua preciosa dissertação.

O Grupo Palmares primou sempre por um detalhe: ser formado exclusivamente por negros. Com isso, a iniciativa, as ideias e a prática do Vinte se constituem em criação inequivocamente negra, emergindo da própria comunidade negra e seguindo caminhos próprios, com suas próprias forças e fragilidades. A nominata consagra a importância do individual na composição de um grupo.

Grupo Palmares – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

- ▶ Fases: 1971 a 1978; GT Palmares do MNU e Autônoma novamente, ambas na década de 80. A partir de 1988 ou 1989 dilui-se em ramificações.
- ▶ Iniciadores – Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Anita Leocádia Prestes Abad e Nara Helena Medeiros Soares.

- ▶ Em novas formações – Antônia Mariza Carolino, Gilberto Alves Ramos, Helena Vitória dos Santos Machado, Margarida Maria Martimiano, Marisa Souza da Silva e Marli Carolino.

Registre-se ainda a passagem, pelo grupo, de Irene Santos, Leni Souza, Luiz Augusto, Luiz Carlos Ribeiro, Maria Conceição Lopes Fontoura, Otacílio Rodrigues dos Santos, Rui Rodrigues Moraes e Vera Daisy Barcellos. Na segunda fase (GT Palmares do MNU), Ceres Santos. Na terceira (Autônoma, pós-MNU), Hilton Machado. Estiveram ligados de alguma forma ao trabalho Luiz Mário Tavares da Rosa e Maria da Graça Lopes Fontoura, além de um grupo de estudantes do ensino médio, entre os quais Eliane Silva (Nany) e Aírton Duarte. O Grupo Palmares contou, paralelamente, com o apoio de um círculo de colaboradores e simpatizantes negros. Aliados, em outros segmentos étnico-raciais, emprestaram também o seu apoio, ocasionalmente.

O Grupo Palmares sempre valorizou e destacou Zumbi como o herói nacional que é, mas preferiu sempre centrar a evocação no coletivo: 20 de novembro – Palmares, o momento maior (slogan em cartaz e convite em 1973). Ou então: Homenagem a Palmares em 20 de novembro, dia da morte heroica de Zumbi. Afinal o Estado Negro foi uma criação coletiva da negrada.

O espírito do Vinte é negro, popular e se aninha junto à família negra: homem negro, mulher negra, criança negra. Continuidade étnico-racial com identidade cultural negra e poder político. Conjugadamente. Uma fórmula, três princípios. No espírito do Vinte. Ou raça, cultura, poder – em três palavras.

Surgido numa época em que eram internacionais as influências – da negritude antilhano-africana, das independências na África, do socialismo europeu e dos movimentos negros estadunidenses – o Vinte de Novembro, com todo o seu potencial aglutinador, era e continua sendo motivação bem nacional. Afro-brasileira. Negra. Natural, portanto, que em seus 35 anos esteja contemplado numa agenda nacional montada sob a liderança da ministra Matilde Ribeiro e coordenada pela SEPPIR, essa grande experiência, inédita e fecunda. Modelar, inspirando a adoção de organismos similares em outros países, com peculiaridade local e criatividade própria de cada um deles. Mais: conduzindo internamente um processo importante, necessário e, por vocação, irreversível. Sinal de que a luta valeu e vale a pena.

Certeza de que negros e negras, com a adesão de aliados e aliadas, construímos e vivemos sim tempos novos e promissores no Brasil.

ou adulto. Novo referencial para o Brasil, com atenções até do exterior, verificadas mais tarde.

E o Vinte de Novembro logo receberia a adesão importante do MNUCDR com o manifesto de 1978 e a denominação Dia Nacional da Consciência Negra. Receberia, na figura do rei e herói, o Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu), para cidades do Estado de São Paulo. E estava, através de imagem de Zumbi ou explicitamente, como data negra, no grupo Tição (1977-1980), de Porto Alegre, em sua revista nº1, de março de 1978; na sessão Afro-Latino-América do jornal ou revista Versus em outubro de 1978, São Paulo; na literatura negra, em “Cadernos Negros” nº1, São Paulo, o primeiro de uma grande série e com versos de Cuti, Eduardo de Oliveira e Jamu Minka falando em Zumbi, em Ele Semog e José Carlos Limeira juntos em “O arco-íris negro”, no Rio em 1978, ou em Abelardo Rodrigues de “Memória da noite”, no mesmo ano em São Paulo.

O Vinte de Novembro e seu espírito já estavam muito bem incorporados à vida e à luta.

O espírito de Vinte

O historiador negro mineiro Marcos Antônio Cardoso (2002, p. 47, 48, 66, 67) faz justiça ao Grupo Palmares e sua iniciativa de marcar o Vinte de Novembro, destacando a atuação do grupo no conjunto de ações do Movimento Negro, objeto de sua preciosa dissertação.

O Grupo Palmares primou sempre por um detalhe: ser formado exclusivamente por negros. Com isso, a iniciativa, as ideias e a prática do Vinte se constituem em criação inequivocamente negra, emergindo da própria comunidade negra e seguindo caminhos próprios, com suas próprias forças e fragilidades. A nominata consagra a importância do individual na composição de um grupo.

Grupo Palmares – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

- ▶ Fases: 1971 a 1978; GT Palmares do MNU e Autônoma novamente, ambas na década de 80. A partir de 1988 ou 1989 dilui-se em ramificações.
- ▶ Iniciadores – Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Anita Leocádia Prestes Abad e Nara Helena Medeiros Soares.

- ▶ Em novas formações – Antônia Mariza Carolino, Gilberto Alves Ramos, Helena Vitória dos Santos Machado, Margarida Maria Martimiano, Marisa Souza da Silva e Marli Carolino.

Registre-se ainda a passagem, pelo grupo, de Irene Santos, Leni Souza, Luiz Augusto, Luiz Carlos Ribeiro, Maria Conceição Lopes Fontoura, Otacílio Rodrigues dos Santos, Rui Rodrigues Moraes e Vera Daisy Barcellos. Na segunda fase (GT Palmares do MNU), Ceres Santos. Na terceira (Autônoma, pós-MNU), Hilton Machado. Estiveram ligados de alguma forma ao trabalho Luiz Mário Tavares da Rosa e Maria da Graça Lopes Fontoura, além de um grupo de estudantes do ensino médio, entre os quais Eliane Silva (Nany) e Aírton Duarte. O Grupo Palmares contou, paralelamente, com o apoio de um círculo de colaboradores e simpatizantes negros. Aliados, em outros segmentos étnico-raciais, emprestaram também o seu apoio, ocasionalmente.

O Grupo Palmares sempre valorizou e destacou Zumbi como o herói nacional que é, mas preferiu sempre centrar a evocação no coletivo: 20 de novembro – Palmares, o momento maior (slogan em cartaz e convite em 1973). Ou então: Homenagem a Palmares em 20 de novembro, dia da morte heroica de Zumbi. Afinal o Estado Negro foi uma criação coletiva da negrada.

O espírito do Vinte é negro, popular e se aninha junto à família negra: homem negro, mulher negra, criança negra. Continuidade étnico-racial com identidade cultural negra e poder político. Conjugadamente. Uma fórmula, três princípios. No espírito do Vinte. Ou raça, cultura, poder – em três palavras.

Surgido numa época em que eram internacionais as influências – da negritude antilhano-africana, das independências na África, do socialismo europeu e dos movimentos negros estadunidenses – o Vinte de Novembro, com todo o seu potencial aglutinador, era e continua sendo motivação bem nacional. Afro-brasileira. Negra. Natural, portanto, que em seus 35 anos esteja contemplado numa agenda nacional montada sob a liderança da ministra Matilde Ribeiro e coordenada pela SEPPPIR, essa grande experiência, inédita e fecunda. Modelar, inspirando a adoção de organismos similares em outros países, com peculiaridade local e criatividade própria de cada um deles. Mais: conduzindo internamente um processo importante, necessário e, por vocação, irreversível. Sinal de que a luta valeu e vale a pena.

Certeza de que negros e negras, com a adesão de aliados e aliadas, construímos e vivemos sim tempos novos e promissores no Brasil.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL

